

RESUMO

Este ensaio se propõe confrontar a abordagem neoclássica da economia como ciência positiva, com a modelo keynesiano e a visão da economia dinâmica de Kalecki, onde a economia é tratada desde a perspectiva de uma ciência moral e normativa. Para tanto analisaremos as bases teóricas de cada modelo, seus pressupostos, leis fundamentais e principais conclusões.

Dado o propósito didático do texto nos preocupamos em tentar explicar os antecedentes, axiomas, leis e relações funcionais de cada modelo, dando especial ênfase às que surgem da crítica de postulados anteriores, pois admitimos que cada modelo incorpora valores, pressupostos e metodologia própria, cuja crítica é essencial para o avanço da ciência.

A economia neoclássica supõe agentes racionais, informação completa e ações e resultados imediatos. Seu método de análise é a otimização com restrições. O princípio ordenador, necessário e suficiente da atividade econômica, consiste no comportamento racional dos agentes. Este modelo tem sua concepção política e ética das relações econômicas, consistente com seus pressupostos, o que fica patente, por exemplo, a propósito de sua teoria da distribuição da renda.

Com a introdução de conceitos como: o tempo histórico; o carácter monetário da produção; a preferência pela liquidez; o comportamento subjetivo dos agentes; o predomínio da procura sobre a oferta; as expectativas e a incerteza em relação ao futuro, etc., a macroeconomia de Keynes consegue romper o paradigma anterior, do ajuste automático dos mercados de acordo com um *feedback* contínuo e estável, capaz de garantir o equilíbrio de pleno emprego.

Embora a análise keynesiana tivesse permitido a abordagem precisa de questões tão importantes como: a natureza e as causas do desemprego; o papel da moeda e do crédito; a determinação dos juros; os condicionantes do investimento, etc., faltava

ainda uma teoria dos preços, da distribuição e do ciclo econômico, no que o trabalho de M. Kalecki, certamente parece ter avançado. Este autor parte de um contexto cultural e ideológico que lhe permite abordar sem entraves a natureza do capitalismo. Seu enfoque micro e macroeconômico é integrado e está apoiado no pressuposto da concorrência imperfeita.

No universo keynesiano os mercados podem estar em equilíbrio, mas não no de pleno emprego, já segundo Kalecki o ciclo econômico é inevitável. Em ambos os casos os mercados não são perfeitos e não tendem naturalmente para o equilíbrio, o que justifica a ação reguladora do Estado, de acordo sua opção política e um código de valores preestabelecido. É de se imaginar que cada modelo de análise esteja condicionado pelo conjunto de valores dominantes do momento, o que não invalida o carácter de ciência social da economia. Por exemplo, desde a perspectiva individualista da troca mercantil, a economia se apresenta com a metodologia de ciência pura, porém, levando em conta as relações de classe social, é uma ciência moral.

PALAVRAS-CHAVE

Macroeconomia; Modelos; Neoclássicos; Keynes; Kalecki.

ABSTRACT

This essay will compare three alternative models in economics. The first is that of a positive science, following the (neo)classical macroeconomic model. The second is that of a political or moral science, as exemplified by Keynes. The last includes the contributions of M. Kalecki related the economic cycles and the theory of value.

This paper will analyse the theoretical roots of each model, their presuppositions, fundamental laws and conclusions.

We propose that each model incorporates a set of values consistent with their presuppositions and scientific methodologies, an analysis of which is essential for the advance of economics as a science. We will show how a critique of “marginalism” led to some new revolutionary keynesian ideas, and how Kalecki have increased the understanding of economic performance.

KEY WORDS

Macroeconomics; Models; Neoclassics; Keynes; Kalecki.

SUMÁRIO

I.	A economia como ciência	6
1.	O princípio da racionalidade	8
2.	Racionalidade e utilidade	9
2.1.	Crítica à racionalidade capitalista.....	11
3.	O individualismo utilitarista e a racionalidade econômica.....	13
4.	A teoria do valor-utilidade	15
5.	O triunfo do utilitarismo e a revolução marginalista.....	16
6.	A crítica moral do utilitarismo	20
II.	A economia neoclássica	23
1.	Pressupostos básicos	24
2.	O modelo formal	26
3.	O mercado de trabalho	27
4.	A função de produção e a oferta agregada	30
5.	A demanda agregada	32
6.	O mercado de capitais e a taxa de juros	33
7.	Representação gráfica	35
8.	A teoria da distribuição	36
9.	Fundamentos e conclusões	39

10. A crítica ao modelo neoclássico	43
III. O modelo keynesiano	50
1. A crítica à economia neoclássica	53
2. A teoria da demanda.....	55
3. O multiplicador	59
4. A determinação da renda	61
5. A teoria da moeda e dos juros	62
6. O mercado de trabalho	66
7. O modelo formal	69
8. A teoria da distribuição	72
9. Conclusões	73
IV. A economia de Michal Kalecki	77
1. A teoria do investimento	80
2. O ciclo econômico.....	85
3. Teoria do valor e da distribuição	89
4. O multiplicador e a distribuição funcional da renda	92
V. Bibliografia.....	95

A ECONOMIA COMO CIÊNCIA. DOS CLÁSSICOS A KEYNES

Domingo Zurrón Ocio

I. A ECONOMIA COMO CIÊNCIA

O objetivo principal deste trabalho é analisar aspectos essenciais das duas grandes e consolidadas estruturas teóricas da economia que, na nossa opinião, representam duas visões da realidade diferentes e até antagônicas. De um lado, o pensamento neoclássico conservador que defende a excelência do mercado baseado no princípio da troca livre, portanto, eqüitativa e justa (Gintis,1976) cujo ápice é a teoria do Bem-Estar de Pareto, e do outro, a crítica de Keynes e seguidores, que sem abandonar a supremacia alocativa do mercado, postula um enfoque normativo através da ação reguladora do Estado em prol de objetivos específicos, como a superação das crises e o desemprego. O primeiro, através de sofisticada elaboração metodológica, considera a economia como uma ciência positiva e no formato mais liberal acaba fazendo uma clara apologia do sistema capitalista. O segundo, com enfoque crítico-reformista, propõe alternativas de intervenção que ajustem o sistema e evitem seus descaminhos. Independente de ambos, caberia citar um terceiro paradigma fundamentado na imperfeição estrutural dos mercados, ou no princípio da concorrência imperfeita, com um enfoque crítico e realista sobre a natureza e operação do sistema capitalista, mas que até o presente não vingou. P. Sraffa, J. Robinson e, sobretudo, M. Kalecki são seus mais notáveis representantes.

A análise teórica que segue a tradição de Smith, Ricardo, Marx, e Keynes considera a economia como uma ciência moral e normativa, ao passo que de acordo com Say, Senior, Bastiat, os marginalistas, e os monetaristas modernos se trata de uma ciência pura, positiva. São dois paradigmas. O conservador, apoiado na teoria do valor

utilidade, considera a economia unicamente desde a perspectiva da troca mercantil. O reformista parte da perspectiva das relações de classe e de seus interesses antagônicos. Se trata de duas teorias do valor, dos preços e das quantidades, e duas teorias da distribuição. Ambos os paradigmas são tão diferentes na essência que se tornaram irreconciliáveis.

A economia neoclássica e o monetarismo atual pretendem construir uma ciência pura, positiva, com base no racionalismo utilitarista e no perfeito funcionamento dos mercados. São os representantes da ideologia conservadora em busca da legitimação do estado de coisas. Os críticos, cuja tradição se inicia nos clássicos, Smith, Ricardo, Hobson, Marx, etc, e se perpetua no keynesianismo mais tradicional, optam por uma ciência normativa, apoiada em valores éticos e culturais, onde, por exemplo, o pleno emprego é considerado um objetivo em si mesmo, incapaz de ser atingido pelas simples regras do mercado. Para eles, a economia seria uma ciência moral com objetivos sociais e políticos definidos. Deste confronto secular e irreconciliável decorre, em boa medida, a sensação de crise da economia como ciência. A este respeito:

“há mais de 50 anos, coexistem na teoria econômica dois paradigmas, o keynesiano e o monetarismo, que desfrutam o predomínio da ciência econômica. Durante um longo tempo, pensou-se que era possível a síntese ou a coexistência de ambos os paradigmas; hoje em dia, há economistas que chegaram à conclusão de que ambos os paradigmas são irreconciliáveis; mais ainda, há aqueles que crêem que a existência de um deles evite aparentemente o progresso do outro. É isto o que teria sido gerado por essa operação teórica de demolição da postura contrária, a qual produziu um grande erosão no instrumental analítico, metodológico e empírico do qual se orgulhavam os economistas”. (Meller,1987)

1. O PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE

Podemos entender a economia como uma atividade racional ou como uma manifestação da cultura, em ambos os casos se trata de uma atividade social. Entendemos a economia como a ciência que trata das leis que regulam a produção, distribuição e utilização dos bens que a natureza proporciona e dos que resultam da labor humana. De todos modos a atividade econômica é uma atividade consciente, intencional, objetiva e, portanto, racional, pois se destina a satisfazer objetivos concretos, sejam as necessidades básicas e naturais, como a alimentação, a proteção contra a intempérie e os inimigos, a reprodução da espécie, ou as adquiridas e socialmente condicionadas, como a satisfação de desejos estéticos, o lazer, o progresso material, etc.

Se a percepção das necessidades, inclusive as básicas e naturais, está claramente influenciada pelas condições de vida de cada sociedade, então as necessidades fazem parte da cultura de cada sociedade, e isto parece bastante evidente. A economia está condicionada pela cultura assim como a racionalidade econômica. Desde este ponto de vista a economia é uma ciência social-moral e não uma ciência positiva. Em ambos os casos tem uma racionalidade própria.

A economia como preocupação científica é, certamente, muito antiga. Há referências nos filósofos gregos, nos pensadores cristãos da Idade Média e nos filósofos modernos, porém sua sistematização a partir do século XVIII é posterior a outras ciências como a física, a biologia, a mecânica, etc, das quais, a versão da economia positiva, retira a metodologia e racionalidade correspondentes. A. Lowe (1969) considera que falta à economia uma metodologia de análise de ciência social o que explicaria seu fracasso como ciência positiva ao usar uma metodologia que não lhe é própria.

A economia positiva toma hipóteses básicas da mecânica para construir axiomas que servem de microfundamentos para a teoria dos mercados (Lowe, 1969, p.117). Por

exemplo: a hipótese atômica, estado básico da matéria, inspira o conceito do agente econômico individual; o comportamento dos átomos, o chamado “princípio do extremo” que diz respeito a princípios da física como a lei do mínimo esforço, tem na economia seu similar no comportamento dos mercados, onde cada agente atua individualmente porque é independentemente. O processo de produção na economia é análogo ao princípio de conservação da energia no universo físico limitado, os insumos se transformam, assim como energia, dando origem a novos produtos de valor ampliado e, finalmente, o conceito marshalliano de equilíbrio parcial dos mercados é muito similar ao do pêndulo, pois o ajuste de preços e quantidades, quando fora do equilíbrio, é imediato e automático, até convergir para o estado de repouso ou equilíbrio.

A hipótese atômica, que contém a imagem do equilíbrio espontâneo, serve de paradigma para o equilíbrio dos mercados que também são regulados por forças naturais, como os princípios da utilidade individual e dos rendimentos decrescentes. Assim como as leis da física harmonizam a natureza, as leis dos mercados o fazem as relações sociais, sendo o objeto da economia positiva descobrir o funcionamento destas leis.

2. RACIONALIDADE E UTILIDADE

A maximização da utilidade é um axioma. Desde que racionalizar é estabelecer os meios em relação a um determinado fim, a teoria ortodoxa, neoclássica, supõe que os agentes são racionais porque fazem suas escolhas racionalmente, pois baseadas em suposições racionais ou em preferências. O indivíduo maximiza seu interesse quando é capaz de escolher a alternativa que lhe oferece a utilidade mais elevada numa escala ordinal de preferências. O agente é racional se suas preferências tem o que Hausman (1996) denomina de “completeness”, “transitivity” e “continuity”. Isto é, o teorema da representação ordinal exige que as preferências sejam completas, transitivas e contínuas. Segundo este autor, uma preferência é completa quando os

indivíduos podem comparar todas as demais opções; é transitiva quando a alternativa a é melhor do que a b e a b melhor do que a c , a a é preferível à c ; finalmente, uma preferência é contínua se para cada opção a imediatamente superior e inferior não estão disponíveis. Resulta claro que maximizar utilidade não significa guiar-se por uma simples sensação hedonista de satisfação ou prazer, mas estabelecer preferências através de um cálculo quantitativo complexo.

Ao definir a utilidade como medida de valor, os economistas neoclássicos estabelecem o princípio de sua maximização subjetiva como fundamento das leis que regulam a economia. A escolha da melhor alocação dos recursos escassos, seja renda ou fatores de produção, passa a ser uma opção individual entre vários usos alternativos. Fica descaracterizada a relação social implícita no processo de produção e alocação característica da economia política clássica. Nem mesmo a distribuição da renda implica em confronto ou conflito de classes, pois como subconjunto da teoria dos preços, é determinada por uma lei natural, a da produtividade dos fatores no ponto da curva de produção onde a eficiência é máxima. Pode-se dizer que todas as possíveis alternativas de distribuição da renda estão contidas na função de produção e será escolhida a mais satisfatória.

Segundo M. Blaug (1980), o princípio de racionalidade que fundamenta a economia neoclássica deriva do comportamento racional dos agentes que a todo instante buscam maximizar seu interesse individual. Os indivíduos supostamente atuam de acordo com um impulso natural e inato que os leva a maximizar utilidade, enquanto que a empresa visa maximizar o lucro. Desde este ponto de vista a cultura não exerce papel algum no comportamento social e, segundo o autor, a economia não se diferencia da Biologia, seria também uma ciência natural. Teoremas como os da produtividade e da utilidade marginal decrescentes, que respectivamente fundamentam as teorias da firma e do consumidor; o princípio da total substituição de fatores; o da agregação; o da homogeneidade dos fatores, etc., são axiomas tão indiscutíveis como as observações empíricas das ciências naturais.

2.1. Crítica à racionalidade capitalista

Os críticos do capitalismo afirmam que a racionalidade do sistema, como ele próprio, não é científica e não obedece a nenhuma lei natural, ao contrário, é socialmente condicionada para a acumulação privada em benefício dos proprietários como classe social.

O. Lange (1978) considera que a empresa capitalista é uma criação histórica destinada a implementar em sua plenitude a racionalidade econômica do sistema, qual seja, a acumulação privada de capital através da maximização dos lucros, e para tanto a empresa deve satisfazer dois princípios básicos, o do “rendimento máximo para um dado gasto de insumos” e o do “custo mínimo para a obtenção de um determinado fim”. Neste sentido, a atividade econômica tradicional pré-capitalista, orientada pela tradição e os costumes, cede lugar no processo histórico de evolução das relações de produção, á atividade destinada á acumulação de excedentes comercializáveis, cuja racionalidade se orienta para a acumulação e ampliação do capital na empresa capitalista, onde ocorre a transformação dos processos e técnicas da produção artesanal para a tecnologia de produto e de processo da manufatura. O autor conclui:

“Todo o processo da produção e da distribuição se torna uma atividade econômica racional.” (p.150)

Lange destaca o caracter antagônico da racionalidade capitalista, pois a empresa enquanto unidade de capital privado terá interesses e comportamentos que maximizem o interesse de seus proprietários, o lucro privado máximo, em detrimento do salário e do emprego mínimo, o que corresponderia ao interesse dos empregados. Sendo assim, o princípio do rendimento máximo, ou seu complementar, do custo mínimo, sacrificam os interesses da maioria de salário e emprego máximos, o que implicaria em outras processos e técnicas de produção com sua correspondente distribuição de renda. A racionalidade capitalista ao

obedecer ao interesse privado dos proprietários não pode estar orientada para a satisfação das necessidades de toda a coletividade. Frequentemente e em muitos lugares as condições de trabalho tem sido desastrosas, a distribuição da renda inadequada, os salários insuficientes, o desemprego muito elevado e a exclusão social generalizada, entre outros grandes conflitos, o que prova, aos olhos dos críticos, as contradições inerentes do sistema. O princípio da racionalidade do lucro individual, em oposição ao interesse coletivo, tem sido responsável por conhecidas práticas antisociais como: a exploração do trabalho; a dilapidação irresponsável de recursos naturais; a degradação do meio ambiente, etc.

As contradições da racionalidade capitalista se manifestam no conflito de classes. Assim, o princípio do rendimento máximo e do custo mínimo, favorece o lucro privado enquanto sacrifica o salário da maioria, resultando na impossibilidade de uma teoria da distribuição isenta de conotações morais. Esta mesma racionalidade acirra a concorrência entre as empresas, o que as leva a aprimorar as técnicas para aumentar a eficiência, que além de reduzir o uso de insumos, também restringem o emprego. A racionalidade da empresa coerente com o objetivo da acumulação conflita com o interesse do trabalhador que está num posição subordinada, pois é a empresa quem controla a quantidade e a qualidade do emprego através da escolha da tecnologia (Habermas, 1983). A racionalidade do capitalista implementa um modo de produção com sua distribuição de benefícios correspondente, ao passo que uma racionalidade alternativa, ditada pelo interesse da maioria, exigiria outra forma de organização da produção que maximizaria o emprego e a distribuição. Portanto, ao tratar cientificamente da economia, não existe racionalidade única derivada de supostas leis iminentes da natureza. O que existe é uma racionalidade pseudocientífica a serviço do interesse social dominante.

3. O INDIVIDUALISMO UTILITARISTA E A RACIONALIDADE ECONÔMICA

O mercantilismo, que se caracterizou por um conjunto de privilégios outorgados pelo estado às grandes companhias de comércio, aos monopólios públicos e privados e às corporações de ofício, limitava a ação dos capitalistas, de modo que a filosofia do individualismo nasceu do interesse destes últimos e das idéias de seus aliados, que queriam verse livres de restrições, regulamentos e reservas de mercados. O individualismo, ideologia que fundamenta o liberalismo clássico, teoriza sobre a natureza do indivíduo e suas necessidades, afirmando que o ser humano deveria ser livre, independente e autônomo.

O grupo social emergente de capitalistas do sec. XVII, que se opunha ao mercantilismo porque prejudicava seus interesses políticos e econômicos, precisava uma justificativa ética e moral para legitimar a nova ordem econômica e social. O utilitarismo subjetivo de Jeremy Bentham serviu de base filosófica para a economia neoclássica pois:

“toda motivação humana, em todas as épocas e lugares, pode ser reduzida a um único princípio: o desejo de maximizar utilidade” (citado em Hunt, p.147), da mesma forma que a utilidade quantificada fundamenta a teoria do valor-utilidade: *“Todo valor se baseia na utilidade... Onde não há utilidade, não pode haver valor algum.”* (p.149)

Portanto, a motivação pessoal e o egoísmo inato das pessoas seria a força que as impelia à atividade econômica, ao trabalho, ao comércio, etc.

Bentham considera as pessoas como fundamentalmente egoístas procurando sempre maximizar seu interesse individual. O utilitarismo individualista como base filosófica da ciência do Bem-Estar supõe uma ética e moral hedonista, onde a obtenção de satisfação e prazer material parece ser o fim último da existência.

Como o prazer e seu oposto a dor podem ser quantificados, e Bentham chega ao extremo de enumerar sete indicadores para este fim específico, é possível aplicar à economia a mesma metodologia e rigor das ciências exatas, num claro esforço de racionalização que permite aplicar o método analítico à teoria do valor-utilidade. A utilidade quantificada passa a ser a medida objetiva do valor e a arte da quantificação o método da nova ciência.

Outro axioma complementar ao do individualismo utilitarista é o da aversão ao trabalho, visto como algo penoso e desagradável, e dado que as pessoas são naturalmente preguiçosas, só trabalharão em troca de um benefício maior. A desutilidade do trabalho também pode ser quantificada e junto com a utilidade, como forças opostas, desenham a possibilidade do equilíbrio cientificamente circunstanciado no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o salário como remuneração do trabalho mortificante encontra uma justificativa ética muito clara, o que não se aplica ao lucro, cuja legitimidade sempre foi precária, ao ponto de no equilíbrio da firma ser considerado nulo, o que não faz o menor sentido.

A exaltação do individualismo tem, inclusive, fundamentação teológica na medida que a ética protestante valoriza o indivíduo e o trabalho e até “santifica” o sucesso material, que passou a ser entendido como um sinal do beneplácito divino. O individualismo utilitarista oferece uma justificativa ética que favorece a consolidação das instituições capitalistas. Na ordem anterior, a Igreja medieval tinha um carácter paternalista, condenava o espírito de gasto e da acumulação de bens, pregava a frugalidade e a austeridade, condenava o desejo desmedido e a ânsia de posse de bens materiais, assim como a usura, e tinha uma desconfiança moral do lucro. Em suma, a ética crista não era favorável ao desenvolvimento capitalista. Era necessária uma nova ética e uma nova moral e este será o papel da Reforma, que acabara com muitos dos privilégios da Igreja Católica, especialmente com o poder temporal de seus “príncipes”. O indivíduo, que passa a ser a figura central, não precisa da intermediação da Igreja e de seus santos, ele mesmo se legitima pela sua fé independentemente de seus atos. A nova ideologia e a nova moral atendiam muito

bem os interesses da nova classe de capitalistas e permitiu criar, ao longo dos séculos XVII e XVIII, novas instituições e bases conceituais sobre o lucro, a propriedade e o trabalho, essenciais para o desenvolvimento capitalista.

4. A TEORIA DO VALOR-UTILIDADE

Para os economistas clássicos o valor-trabalho é a base conceitual da teoria dos preços e da distribuição, o conflito de classes sociais é da essência do sistema e a economia é uma ciência política. Say, um dos mais importantes precursores da tradição neoclássica, muda o enfoque ao propor que somente a utilidade cria valor, estabelecendo os alicerces para uma nova abordagem da distribuição onde o carácter social conflitivo é substituído por uma relação de harmonia e justiça social. Senior, que também teve grande influência na construção do pensamento neoclássico, procurou desenvolver uma metodologia própria para a economia e isenta de valores normativos ou éticos. Buscava princípios com comprovação empírica que pudessem ser utilizados na construção científica da economia. Senior parte de um axioma que é fundamental para o desenvolvimento posterior da teoria do consumidor e do equilíbrio dos mercados, que está contido na sua primeira proposição: “todo homem deseja adquirir mais riqueza com o mínimo sacrifício possível” (Hunt.p.162) Ele e Benthan entendem que a medida da riqueza é dada pela quantidade de utilidade que cada bem pode oferecer, dado que o comportamento humano é calculista e racional em busca da máxima satisfação possível. Porém, como a utilidade é uma percepção subjetiva que depende do grau de urgência que cada um atribui a suas necessidades, não há como padronizá-la ou quantificá-la objetivamente, de modo que caberá aos preços refletir a utilidade que cada um atribui a um determinado bem ou serviço em relação à satisfação de suas necessidades.

O valor fundamentado no conceito subjetivo da utilidade individual passa a ser a base “científica” da teoria dos preços. O valor-utilidade contrasta com o conceito de valor-trabalho de Smith e Ricardo, que tinha por base a quantificação objetiva do

trabalho em unidades padronizadas. Posteriormente W. Pareto fará uma alteração sutil, porém decisiva para resolver o problema da quantificação no processo de maximização, quando a utilidade da lugar à preferência e a quantificação ordinal se transforma em cardinal, permitindo o desenho das curvas de indiferença. O princípio da maximização de utilidade e da total substituição permanece o mesmo num instrumental analítico bem mais sugestivo. As teorias do consumidor e da produção se tornam cada vez mais sofisticados e a arquitetura do equilíbrio cada vez mais convincente. A economia política da lugar uma ciência pura, socialmente neutra, isenta de valores éticos, morais e culturais.

Agora, a teoria da distribuição perde o caracter conflitivo da economia clássica e reflete a harmonia do sistema, pois a remuneração de cada fator corresponderá exatamente a sua contribuição para a produção. A justificativa moral é a mesma para cada agente, o trabalhador é recompensado diretamente pelo seu esforço presente e o capitalista, indiretamente, pela renuncia ao consumo no passado, o que lhe permitiu a acumulação do capital, igualmente necessário à produção.

5. O TRIUNFO DO UTILITARISMO E A REVOLUÇÃO MARGINALISTA

No final do séc. XIX, no momento em que o capitalismo estava experimentando um intenso processo de concentração de capitais, provavelmente impulsionado pelo progresso da tecnologia aplicada a produtos e processos, à implantação de novas formas de administração, à expansão do comércio, etc., com as empresas convertendo-se em grandes organizações administradas cientificamente e a concorrência em declínio, é elaborada a mais sólida construção teórica sobre a economia do livre mercado, a economia do *laissez-faire*. Na década de 1870 aparecem os trabalhos de W.S.Jevons, C.Menger e L.Walras, os pais da escola neoclássica ou marginalista, como um dos paradigmas da teoria econômica.

A revolução marginalista é a o fundamento da economia como ciência positiva. Jevons, Menger e Walras formularam com rigor a teoria do valor-utilidade que permanece até o presente como o núcleo da ortodoxia. A partir do axioma da maximização da utilidade construíram uma teoria do comportamento humano, na qual a intensidade da utilidade decorrente das adições sucessivas de consumo é decrescente, até que a utilidade do último incremento de consumo, a utilidade marginal, é nula ao atingir o estado de saciedade. Jevons formula a utilidade de um bem através equação: $UT = f(Q)$. Se considerarmos os preços de acordo com a igualdade matemática: $U_{mgX}/U_{mgY} = P_x/P_y$, teremos o fundamento para uma teoria da troca baseada na utilidade.

O princípio da troca justa, livre e espontânea em condições de livre mercado, supõe necessariamente que diferentes indivíduos, todos eles são maximizadores, atribuam graus de utilidade diferentes aos bens que estão dispostos a trocar, de modo que, na formulação matemática de Jevons: $U_{mgX}/P_x = U_{mgY}/P_y$. Este princípio da troca que, na visão dos neoclássicos é a essência da economia capitalista, contém o princípio da harmonia, inerente ao sistema, que mais tarde dará origem a teoria do bem-estar e da otimização.

O marginalismo foi uma construção teórica continua com muitas e sofisticadas contribuições. Menger descreve com originalidade e didática o conceito de utilidade marginal decrescente e o processo de formação dos preços. Walras desenvolve o modelo de equilíbrio geral, que consiste num sistema de equações simultâneas representando as condições de mercado de cada produto, que resulta na determinação endógena de todos os preços e quantidades de equilíbrio.

Dadas as dificuldades teóricas e praticas de lidar com o instrumental analítico de Walras, cujo equilíbrio geral estaria indeterminado uma vez que uma das mercadorias tendo que desempenhar o papel do dinheiro, deixaria o sistema com $n-1$ equações par n incógnitas (Simonsen,1995). Marshall desenvolve o modelo de equilíbrio parcial reduzindo a análise ao cálculo do preço de uma mercadoria

conhecido o de todas as demais. A teoria da utilidade marginal decrescente tinha possibilitado o desenvolvimento da teoria do consumidor e definido o formato da curva de demanda, enquanto que a função de produção com rendimentos decrescentes configurou a curva de oferta e a teoria da firma. Estava criada, portanto, a estrutura básica para a determinação dos preços de equilíbrio.

Na teoria da firma, metodologicamente simétrica à do consumidor, também prevalece o princípio da total substituição, necessário para a realização do objetivo maximizador da empresa. A produção na firma neoclássica é absolutamente flexível o que exige que os coeficientes técnicos da produção sejam também totalmente flexíveis, de modo a permitir a maximização tanto na aquisição dos insumos como na venda dos produtos. O princípio da total substituição pode ser considerado complementar ao princípio da maximização da utilidade e exige que o modelo desconsidere o fator tempo e passe a supor que todos os ajustes se processem instantaneamente. A economia neoclássica é atemporal porque o tempo não limita ou condiciona o comportamento dos agentes econômicos.

A figura do leiloeiro é uma criação intelectual de Walras para ocupar um vácuo e tornar consistente seu modelo. Tem que ser onisciente, pois somente ele sabe o preço de equilíbrio e não pode permitir o fechamento dos negócios fora dele. Como os preços de equilíbrio tem que existir necessariamente, faltava um “deus ex-maquina” e este é o papel do leiloeiro imaginário. No mundo real podemos supor que as empresas fazem apostas com o mercado sugerindo preços e, dependendo do resultado, ajustando os preços ou as quantidades, mas este é um modelo empírico, sem a elegância e legitimidade do neoclássico. Se o conceito de equilíbrio é tão fácil de entender, porque não construir a situação ideal e imaginar que é real? Por esta razão a ortodoxia faz tantas abstrações da realidade e desconsidera olímpicamente o fator tempo, pois é no tempo que o ajuste deveria ocorrer e é no mesmo tempo que o custo dos desajustes serão sentidos, ao negar o tempo se nega um e outro. Não é sem razão que a tradição neoclássica não consegue lidar com os fenômenos econômicos de natureza temporal, como o ciclo, o desemprego e as crises periódicas.

Concluindo: o utilitarismo individualista, como princípio filosófico, da origem à teoria do valor-utilidade. O passo seguinte é supor, axiomáticamente, que os agentes econômicos são sempre racionais e, por extensão, seu agregado, os mercados, que não são outra coisa que a somatória das decisões de todos os agentes racionais. Ora, se o mercado é racional também será eficiente na alocação dos fatores. O resultado é uma teoria do valor e da distribuição justa, racional e impessoal de acordo com a natureza imanente das pessoas. A teoria do valor-utilidade substitui a teoria do valor-trabalho superando, inclusive, a famosa circularidade de raciocínio de Ricardo que tanto o atormentou, uma vez que não conseguiu definir a unidade invariável de valor.

Para Ricardo o valor era dado pelo custo de produção, ou preço natural, que supunha uma taxa de salário anterior, o que por sua vez exigia uma estrutura de preços já existente, caso contrário, como quantificar o custo de subsistência do trabalho como base do custo de produção? Portanto, na teoria do valor-trabalho há uma inevitável circularidade entre o custo de produção definido a partir do custo do trabalho, no nível da subsistência, e os preços. Para que exista custo de subsistência tem que existir preços, e para que estes últimos existam devem existir os primeiros. Concluindo, faltava a unidade invariável de valor.

Os neoclássicos resolveram o problema. O valor é dado subjetivamente pela utilidade. Como quantificar a utilidade? Isto seria um problema no caso de estabelecer quantidades nominais de utilidade, mas não para estabelecer uma quantificação relativa entre os diversos bens. A solução foi definir a quantidade nominal de valor pela quantidade nominal de moeda e os preços relativos pela utilidade de cada bem definida através dos mecanismos de mercado. Estava resolvido o dilema de Ricardo. Pareto através das curvas de indiferença muda a medida da utilidade de cardinal para ordinal, sofisticando o método.

6. A CRÍTICA MORAL DO UTILITARISMO

O paradigma do individualismo utilitarista produz paradoxos e situações conflitantes entre o interesse individual e o coletivo. Um bom exemplo é o que a ortodoxia chama de externalidades negativas. Uma empresa maximiza o lucro ao mesmo tempo que polui o meio ambiente. Condições de trabalho insalubres, perigosas e jornadas extenuantes estão em claro conflito com a utilidade dos trabalhadores. Como arbitrar estes confrontos desde a ótica do utilitarismo individualista? É possível tratar o fenômeno econômico à margem da ética e da cultura de cada sociedade? As relações econômicas, seu objeto e forma social, não fazem parte do que entendemos por civilização? Sendo assim, a economia é, certamente, uma ciência moral e normativa. (Hirschman,1986)

O economista enquanto cientista social ou no papel do planejador, especulando sobre a realidade ou ajudando a tomar decisões, enfrenta corriqueiramente situações limite que somente podem ser consideradas no contexto da moral. O que fazer frente a escassez material muitas vezes extrema, perante o subdesenvolvimento, a explosão demográfica, etc.? Se nos repugna a solução proposta por Malthus no seu famoso *Ensaio sobre a População*, ou as conclusões de N. Senior no relatório da comissão que em 1834 estudou as “leis da pobreza” a pedido do Partido Conservador inglês (Hunt,1987) é porque estamos julgando de acordo com um código moral.

O paradigma do utilitarismo individual está tão arraigado na cultura ocidental que retomar a necessidade da moral é um ato de coragem necessário. Cada vez é mais claro que setores importantes da economia tendem a funcionar mal sem um mínimo do que Hirschman (1984) chama de “benevolência”, enquanto A. Sen (1998) faz referencia ao crescente distanciamento entre ética e economia. Como garantir que as relações entre médicos e pacientes, entre empresas e o meio ambiente, a propaganda e os consumidores, sejam corretas? Na mesma linha de argumentação, sabemos que o combate à corrupção e à sonegação de impostos tem um custo considerável. Portanto, a ética individualista como norma de conduta parece inadequada:

“Os valores pessoais elementares, tais como a honestidade, boa-fé, confiança, contenção e obrigação, são todos insumos necessários a uma sociedade contratual eficaz (bem como mais agradável).” (Hirschman, 1984, p.127)

O paradigma do interesse individual é claramente dominante, porém a descoberta da necessidade da moralidade parece ganhar espaço numa sociedade contratual como a nossa. O custo de garantir os comportamentos necessários para a observância dos contratos através de controles, fiscalização, punições, etc., é muito alto e aumenta com a diluição dos padrões éticos. Entre o interesse individual e o coletivo existem contradições e paradoxos que não podem ser resolvidos pela arbitragem espontânea do mercado, pois ambos se contrapõem freqüentemente. É necessário, portanto, introduzir na análise econômica a benevolência, a moral e a regulação do Estado, em suma, é necessário um novo contrato social a fim de resolver os paradoxos. Hirschman (p.133) considera que a análise econômica fundamentada no princípio do interesse individual é uma visão muito simplista do comportamento humano, pois não leva em conta outras manifestações, como emoções, sentimentos e valores, também muito importantes, embora tremendamente difíceis de abordar, e propõe a construção de uma ciência social-moral onde os princípios da ética se somem ao raciocínio analítico. O mesmo se poderia dizer a propósito das relações entre países, pois muito esforço tem sido despendido na negociação de acordos internacionais, numa clara manifestação da insuficiência do mercado como promotor da harmonia entre interesse conflitantes.

Acreditar que as regras do mercado livre sejam capazes de satisfazer de forma completa os interesses em jogo de pessoas e instituições das mais diversas raízes culturais e ideológicas através do “market clearing” é uma simplificação absoluta. Para dar um exemplo concreto e paradigmático, o mercado é incapaz de explicar a distribuição da renda, pois na produção cooperativa, complexa e compartilhada, não há prova científica de que cada um receba de acordo com o que produz, tanto que a teoria da distribuição neoclássica tem que recorrer a axiomas controvertidos e, possivelmente, irreais para formular suas hipóteses e obter conclusões. Parece muito

mais razoável admitir que a distribuição da renda está fortemente correlacionada com a distribuição da riqueza e do conhecimento, de modo que as leis que regulam a propriedade e os mecanismos sociais que produzem e distribuem o conhecimento podem ser de muita maior utilidade para explicar a apropriação da renda. Se milhões de pessoas não possuem propriedade e não tem acesso ao conhecimento continuarão fora do mercado, excluídos, portanto, como poderia ser este o caminho para sua integração à sociedade moderna? Nesta questão a economia ortodoxa não tem feito qualquer progresso e nem o fará, pela simples razão que seus axiomas a impedem de reconhecer o conflito. O mesmo pode ser dito a propósito do desemprego, um problema estrutural do capitalismo sem solução dentro das regras de mercado. Durante as fases de expansão o desemprego pode até desaparecer, porém em algum instante ocorrerá a reversão do ciclo, mostrando que os mecanismos de mercado sozinhos são incapazes de manter, de forma contínua, o nível de ocupação elevado, muito menos de integrar os que não possuem as habilidades técnicas e predisposições que a moderna organização exige.

O objetivo da economia como ciência é explicar o processo histórico de produção e distribuição de mercadorias, seus pressupostos e leis de funcionamento e não, simplesmente, tratar de legitimar ou transformar uma ordem já existente. Como entender o direito de propriedade e o regime de trabalho assalariado a não ser como instituições sociais derivadas da estrutura de poder tal como foi consolidado historicamente? Neste sentido, o estudo da economia não se encaixa no método experimental das ciências naturais.

Se a economia é a ciência que trata da produção e distribuição de mercadorias sujeita necessariamente a restrições, porque não há referências e considerações sobre as condições materiais e objetivas acerca da forma e do processo? Sabe-se que os conflitos trabalhistas sempre foram uma experiência corriqueira, que as condições físicas de produção são frequentemente inadequadas e as formas de organização opressoras. A econômica ortodoxa desconsidera estes fatos porque, supostamente, os processos são intrinsecamente eficientes, assim como o

mecanismo da troca, assim como deixa de lado a natureza do processos de produção e distribuição porque considera que o sistema proporciona eficiência alocativa com justiça distributiva, tendendo naturalmente para o estado de harmonia social. Embora os fatos desmintam os axiomas e as conclusões da teoria, não é pela prova empírica que se tem resolvido as controvérsias teóricas, mas sim pela retórica. (Arida,1884)

A economia como ciência positiva é um grande exercício de lógica para a legitimação da configuração de poder e benefícios que sustentam o capitalismo. A própria idéia de ciência pura, natural e positiva, aplicada ao comportamento humano é em si mesma anacrônica, pois não é possível abordar cientificamente as relações sociais inerentes à produção e distribuição de riqueza sem considerar as outras ciências do comportamento. É possível tratar cientificamente dos fenômenos econômicos, desde que com o auxílio das demais ciências sociais, pois a economia é uma ciência do comportamento. A crescente separação entre ética e economia é recente e se deve a uma determinada forma de abordagem que se tornou dominante e que trata a economia como se fosse uma ciência positiva. Seria conveniente o retorno aos clássicos, por exemplo à filosofia moral de Smith.

II. A ECONOMIA NEOCLÁSSICA

O modelo macroeconômico neoclássico é o resultado da contribuição, é a contribuição de muitos autores formando um conjunto coerente que tem sua estrutura consolidada com os escritos de W.S.Jevons, C.Menger e L. Walras na década de 1870. O modelo supõe a existência de uma economia de mercado operando sob condições ideais de concorrência perfeita que, através da otimização do uso dos fatores de produção, possibilita a produção de pleno emprego com equidade distributiva. Admite que os agentes econômicos são perfeitamente racionais, e ao procurar seu benefício individual obtém como resultado a realização do interesse coletivo.

Na visão mais elaborada, a do Equilíbrio Geral de Walras, que modernamente inspira a escola monetarista de Chicago, é estabelecido um conjunto de equações cuja solução simultânea permite derivar os preços e quantidades de equilíbrio de todas as mercadorias, inclusive nos mercados de capital e trabalho.

Iniciamos com a análise dos pressupostos e teorias fundamentais do modelo de acordo com o enfoque marshalliano do equilíbrio parcial, o mais difundido entre os economistas. A seguir, a exposição formal na sua representação algébrica e gráfica, as principais conclusões e, finalmente, as críticas mais conhecidas.

1. PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Os princípios que fundamentam a estrutura teórica do modelo tem a ver com: o comportamento subjetivo dos agentes econômicos de acordo com o princípio do individualismo utilitarista; o funcionamento dos mercados de bens, moeda e de trabalho segundo o princípio da Substituição Total (Gross Substitution, Davidson, 1982) ou princípio das trocas; a natureza da moeda apenas intermediando as trocas; as condições técnicas da produção refletidas na função de oferta padrão com perfeita substituição de fatores e rendimentos decrescentes do fator variável. O princípio da Substituição Total, um axioma necessário á maximização da utilidade, propõe que todos os problemas econômicos encontram sua solução através da troca em mercados competitivos com preços totalmente flexíveis.

Como os agentes econômicos são racionais por natureza, todas as decisões podem ser reduzidas a uma questão de otimização condicionada com restrições, o que possibilita a introdução do cálculo diferencial no método de análise. Assim, as empresas maximizam lucros enquanto os consumidores maximizam as utilidades que podem advir da posse de qualquer tipo de ativo. Esta racionalidade condiciona o comportamento dos agentes e garante a eficiência alocativa dos fatores escassos, no contexto institucional de livre mercado ou concorrência perfeita.

A operacionalidade institucional dos mercados se rege pelo princípio da concorrência perfeita. Os mercados de todos os bens são totalmente competitivos no presente e no futuro, de modo que os riscos podem ser calculados e segurados, pois a informação é completa e está disponível. Todo indivíduo tem conhecimento perfeito de todas as possíveis alternativas presentes e futuras, e dada sua escala de prioridades é possível estabelecer a ordem de preferências, de onde surge a possibilidade da troca de acordo com sistema de preços que reflete tanto as opções presentes como as futuras. A solução do mercado, a famosa mão invisível, se fundamenta no princípio da eficiência e da racionalidade, ambos derivados do axioma da maximização da utilidade individual, ponderada pelo poder aquisitivo de cada agente.

No mercado de trabalho, a desutilidade marginal do trabalho define, subjetivamente, a oferta de mão-de-obra, enquanto a demanda depende, objetivamente, de sua produtividade marginal, sendo que a flexibilidade dos salários nominais garante o equilíbrio no nível de pleno emprego. No mercado de bens a demanda também depende da utilidade subjetiva que os agentes atribuem a cada bem ou serviço, enquanto que a oferta tem a ver com os custos objetivos da produção. A flexibilidade dos preços também garantirá o equilíbrio entre oferta e procura de cada bem particular. Já no mercado financeiro, caberá à taxa de juros o papel de ajustar o montante de recursos demandados para investimento ao fluxo da renda disponibilizada sob a forma de poupança. Portanto, a flexibilidade de preços, salários nominais e taxa de juros, é a condição suficiente e necessária, para a obtenção do equilíbrio em cada mercado particular. Isto é, a constelação de preços reflete fielmente as melhores opções dos produtores e consumidores de acordo com suas preferências presentes e futuras. Atingido o equilíbrio ele permanecerá indefinidamente.

A moeda tem o papel exclusivo de facilitar ou intermediar as trocas, de modo que sua oferta não afeta a produção e o emprego. A quantidade de moeda é exógena e dado o volume de produção, que depende do montante de emprego, determina apenas o nível de preços e o valor nominal do produto. Tem um papel passivo. Neste sentido, a economia neoclássica é uma economia de trocas.

Em relação às condições de oferta, os pressupostos de firma representativa, produtividade marginal do trabalho decrescente e concorrência perfeita, permitem derivar o equilíbrio da firma no ponto de maximização de lucros, quando o produto marginal do trabalho iguala o salário real, e por simples agregação o equilíbrio macroeconômico global.

Este conjunto de pressupostos pode ser sintetizado em quatro leis fundamentais que contém a estrutura teórica do modelo: A lei de Say, a principal, que garante o equilíbrio geral de pleno emprego, sob o predomínio do lado da oferta; a teoria dos salários, que deriva do funcionamento do mercado de trabalho; a teoria dos preços, extraída da teoria quantitativa da moeda (TQM), segundo a qual os preços dependem exclusivamente da oferta monetária e, por último, a teoria dos juros, responsável pelo equilíbrio no mercado de capitais.

2. O MODELO FORMAL

O modelo macroeconômico neoclássico pode ser representado formalmente através de seis equações e três igualdades de equilíbrio.

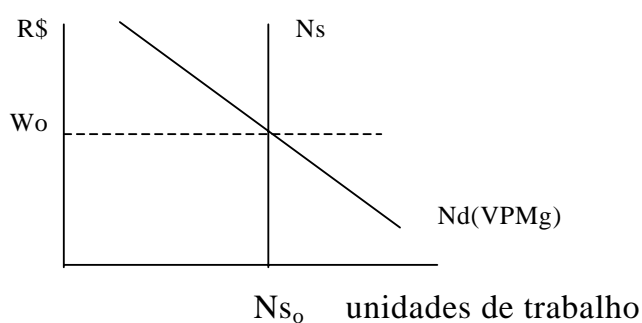
Demanda de trabalho,	$N_d = f(W/p)$
Oferta de trabalho,	$N_s = g(W/p)$
Equilíbrio no merc. de trab.	$N_s \equiv N_d$
Função de produção,	$Y = y(N, K)$
Identidade de Fischer,	$M_v \equiv Y_p$
Equação de preços,	$P = p(M); (TQM)$
Função poupança,	$S = s(i)$
Função Investimento,	$I = j(i)$
Equilíbrio financeiro,	$S \equiv I$

M é uma variável exógena (M_0), definida no curto prazo pela autoridade monetária, assim como “ v ”, a velocidade de circulação da moeda, que depende de fatores institucionais. O estoque de capital (K_0), também, é constante por tratar-se de um modelo de curto prazo, enquanto que W ; P ; N ; Y ; S ; I e i , são as variáveis endógenas.

3. O MERCADO DE TRABALHO

As duas primeiras equações do modelo formal representam o mercado de trabalho. Elas contêm a teoria dos salários, definem o nível de emprego no equilíbrio de pleno emprego e o valor real do salário, independentemente da moeda e dos preços. A terceira é a igualdade que define o equilíbrio deste mercado.

Desde um ponto de vista mais radical, podemos seguir os passos de J.B. Clark quando trata da distribuição funcional da renda e imaginar que a oferta de trabalho, pelo menos no curto prazo, é inelástica. Neste caso como os trabalhadores não tem outra opção a não ser a de se oferecer para trabalhar, independentemente da remuneração, o salário é determinado inteiramente do lado da demanda que representa a produtividade marginal do trabalho.



Nestas circunstâncias não há como concluir que os trabalhadores maximizam sua utilidade, pois não tendo qualquer escolha para exercer suas preferências, dependem inteiramente das condições técnicas da produção. A determinação do salário apenas leva em conta maximização de utilidade da empresa refletida na curva do Valor do Produto Marginal (VPMg). Com a oferta de trabalho fixa o salário de equilíbrio será W_0 .

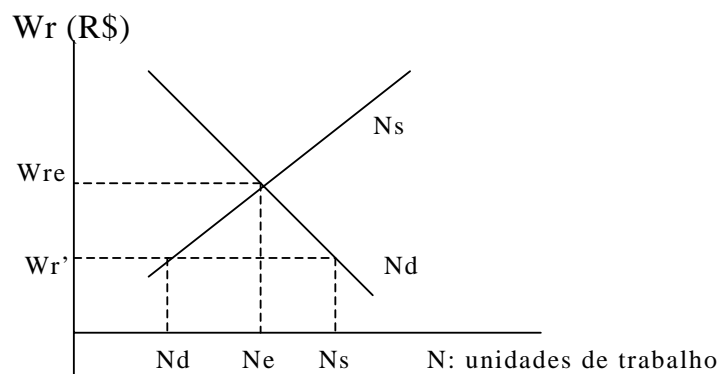
O modelo neoclássico, fiel ao princípio da racionalidade da maximização de utilidade dos agentes restitui aos trabalhadores a liberdade de escolha de acordo com suas preferências. A curva de oferta de trabalho agora deriva das curvas de indiferença que representam a possibilidade de escolha individual entre trabalho e lazer. O modelo supõe que o fator trabalho é homogêneo e divisível e pode ser quantificado de forma simples em unidades de trabalho, tais como homens-hora, homens-dia/ano, etc, possibilitando o cálculo da produtividade de cada unidade.

A relação inversa renda-lazer, que reflete o princípio axiomático da crescente desutilidade marginal do trabalho, configura a função de oferta de mão-de-obra crescente, essencial para a derivação do equilíbrio do mercado. O princípio da desutilidade marginal do trabalho afirma que o trabalhador padrão somente estará disposto a trocar tempo de lazer por tempo de trabalho se a remuneração do trabalho adicional, o salário real, for crescente.

Por sua vez, a demanda por mão-de-obra deriva da função de produção padrão e do princípio de maximização de lucros. Este princípio estabelece que a firma representativa, sob concorrência perfeita, atingirá seu equilíbrio no ponto em que o custo marginal iguale a receita marginal ou preço, ($CMg = RMg = P$). Dado que o custo da unidade adicional ou custo marginal, corresponde ao salário monetário, único custo variável, dividido pelo produto marginal do trabalho medido em unidades de produto ($CMg = W/PMgN$), temos que no equilíbrio o salário real é dado pela produtividade marginal do trabalho ($W/p = PMgN$), que ao ser decrescente, resulta na curva de demanda por mão-de-obra negativamente inclinada. Portanto, o princípio de maximização de lucros faz com que as empresas contratem

trabalhadores até o ponto em que sua receita marginal, em unidades de salário, se iguale ao salário real de mercado. Assim, a curva do Produto Marginal (PMg) é a curva da demanda por mão-de-obra ($N_d = PMg$), que, por sua vez, passa a ser uma decorrência técnica da função de produção. O *trade off* salário e emprego contido na função de produção neoclássica é uma das pedras fundamentais deste modelo.

A interseção das curvas de oferta e demanda de trabalho agregadas determina o nível de emprego e salário real de equilíbrio. Salários acima de W_{re} (Q1 do gráfico a seguir), gerarão um excesso de oferta de trabalho em relação à demanda, fazendo com que seu valor diminua, e quando abaixo deste limite, ocorrerá o contrário. O volume de emprego no equilíbrio do mercado de trabalho corresponde, na visão dos neoclássicos, ao conceito de pleno emprego, N_{pe} , pois todos os trabalhadores dispostos a aceitar o salário de mercado encontrarão trabalho. Os demais estarão voluntariamente fora do mercado. O desemprego involuntário poderá ocorrer, apenas, no curto espaço de tempo necessário para os ajustes dos agentes às condições do mercado. É o denominado desemprego friccional.



Neste mercado, quando ocorre elevação de preços, trabalhadores e empregadores reagem imediatamente à redução real dos salários, os primeiros diminuindo a oferta de mão-de-obra (N_s) e os segundos aumentando a demanda (N_d), conseqüentemente, o salário nominal tenderá a aumentar até restabelecer o equilíbrio inicial no mesmo

valor real e pleno emprego. Para os neoclássicos as variações de preços não tem qualquer influencia sobre as variáveis reais da economia, de modo que sua função de oferta agregada é inelástica a preços no condição de pleno emprego.

4. A FUNÇÃO DE PRODUÇÃO E A OFERTA AGREGADA

Os economistas neoclássicos não explicitaram uma função de oferta agregada, tampouco da demanda, relacionando o total da produção com o nível de preços. A oferta neoclássica deriva da função de produção agregada, construída por simples agregação das funções de produção das empresas, tem enfoque microeconômico, e é conceitualmente similar à da “firma representativa”. Esta função de produção é uma forma simplificada, e até metafórica, de alocação ótima dos fatores de produção primários, terra, capital e trabalho, para a obtenção de uma mercadoria padrão que simboliza a produção de todas as mercadorias. O objetivo, coerente com o principio da maximização da utilidade individual, é buscar o equilíbrio da firma, e por agregação o do mercado, no ponto de maximização de lucros. Para tanto, os fatores, considerados homogêneos, divisíveis e substituíveis entre sim, serão utilizados no ponto em que a produtividade marginal de cada um deles, o valor do produto da ultima unidade incorporada no processo de produção, seja equivalente a seu custo de aquisição. Neste ponto a firma encontra seu equilíbrio e, por extensão, a economia também.

A derivação da função de produção da firma pressupõe os seguintes axiomas: agentes maximizadores; concorrência perfeita; fatores homogêneos e divisíveis; total substituição dos fatores e rendimentos decrescentes do fator variável. A maximização do lucro implica na escolha da combinação ótima dos fatores, dado o preço de cada um deles e a escala de suas respectivas produtividades marginais. A firma estará em equilíbrio na combinação em que a relação entre o produto marginal e o respectivo custo do fator sejam equivalentes, quando: $PMgK/i = PMgN/w = PMgT/t = \dots$

Esta firma representativa do equilíbrio de curto prazo marshalliano atua sob concorrência perfeita, seus custos médios são representativos da indústria e seu estoque de capital é constante, enquanto o fator trabalho, que se supõe homogêneo, varia e está sujeito a rendimentos decrescentes.

Feita a escolha da tecnologia de custo mínimo e determinado o tamanho ótimo da empresa, a quantidade de trabalho por unidade de capital, que é fixo no curto prazo, varia sujeita à lei “das proporções variáveis” ou lei dos rendimentos decrescentes em relação ao fator variável. Esta lei empírica, que tem sua origem no modelo de Ricardo de distribuição de renda numa economia agrícola, foi generalizada e configura o formato da produtividade marginal decrescente do trabalho, essencial para a construção da curva de oferta positivamente inclinada da firma, sem qual não seria possível derivar a condição de equilíbrio.

A agregação direta da produção de curto prazo cada empresa resulta na função de produção agregada para toda a economia, mantendo as mesmas características. Portanto, um vez determinado o volume de emprego agregado no mercado de trabalho, sua substituição na função de produção agregada define o produto real de plena capacidade, Y_p , que corresponde à oferta agregada do modelo. Com as variáveis da oferta definidas em termos reais a Y_p é inelástica a preços, sendo representada por uma linha vertical (Q3).

Tendo determinado em primeiro lugar e, independentemente da moeda, as variáveis reais: volume de emprego (N); renda (Y); e taxa de salário (W/p), o modelo introduz, a seguir, a demanda agregada e o setor monetário, para definir as variáveis monetárias, a saber: o nível de preços; a renda; o salário nominal e a taxa de juros.

5. A DEMANDA AGREGADA

Na macroeconomia neoclássica os preços são apenas um fenômeno monetário, pois dependem da quantidade de moeda. A demanda agregada, de acordo com a lei de Say que fundamenta esta estrutura teórica, não tem qualquer relevância em relação às variáveis reais como a produção e o emprego, que são determinadas do lado da oferta, sua única função consiste em determinar o nível de preços e as demais magnitudes nominais.

A demanda agregada relaciona a quantidade de bens que serão demandados a cada nível de preços. Como de acordo com a lei de Say toda a produção será demandada, a variável endógena é o nível de preços, pois as quantidades estão já fixadas pela oferta. Esta situação está claramente explicitada na equação de trocas de I. Fischer, $Mv = Yp$, onde: M é a quantidade nominal de moeda; v , sua velocidade-renda; Y o produto real e p , o nível de preços. Isto é, a capacidade de compra no período, Mv , é equivalente ao produto nominal que é produzido e consumido, Yp . Este é exatamente o significado da lei de Say.

A identidade de Fischer, que contém a lei de Say dos mercados, permite deduzir a relação de dependência entre a quantidade de moeda e o nível de preço, $p = (1/Y) Mv$. Sendo Y e v , constantes, fica estabelecida a relação de causalidade entre a moeda, como variável exógena, e os preços, denominada de Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Da identidade de Fischer também é possível derivar a demanda por moeda, $M = (1/v) Yp$, e a função de demanda agregada, $Y = (M/p) v$. Assim, dada a quantidade de moeda, existe uma relação inversa entre o valor do produto real e o nível de preços (Q2).

A demanda agregada, deduzida da TQM, permite calcular o nível de preços e, indiretamente, a taxa nominal de salários como variáveis endógenas a partir da quantidade de moeda, de onde se deduz que variações na oferta de moeda serão repassadas integralmente aos preços, deslocando verticalmente e no mesmo sentido

a demanda agregada sem afetar a produção real. A interseção da oferta e demanda agregadas determina o nível geral de preços no pleno emprego (Q2).

Ao contrário do que acontece com a interpretação da oferta agregada, a demanda tem um enfoque inteiramente macroeconômico e não tem qualquer influência sobre as variáveis reais, tais como a produção, o emprego e o salário real. Sua única função parece ser a de fixar o nível geral de preços da economia. Este enfoque está consubstanciado nos pressupostos da lei de Say, pensados para uma economia de trocas.

O salário nominal, como qualquer outro preço, é uma variável endógena que depende da quantidade de moeda, e variações do estoque de moeda afetarão direta e proporcionalmente a taxa nominal de salários a fim de preservar seu valor real e o equilíbrio mercado de trabalho (Q4).

6. O MERCADO DE CAPITAIS E A TAXA DE JUROS

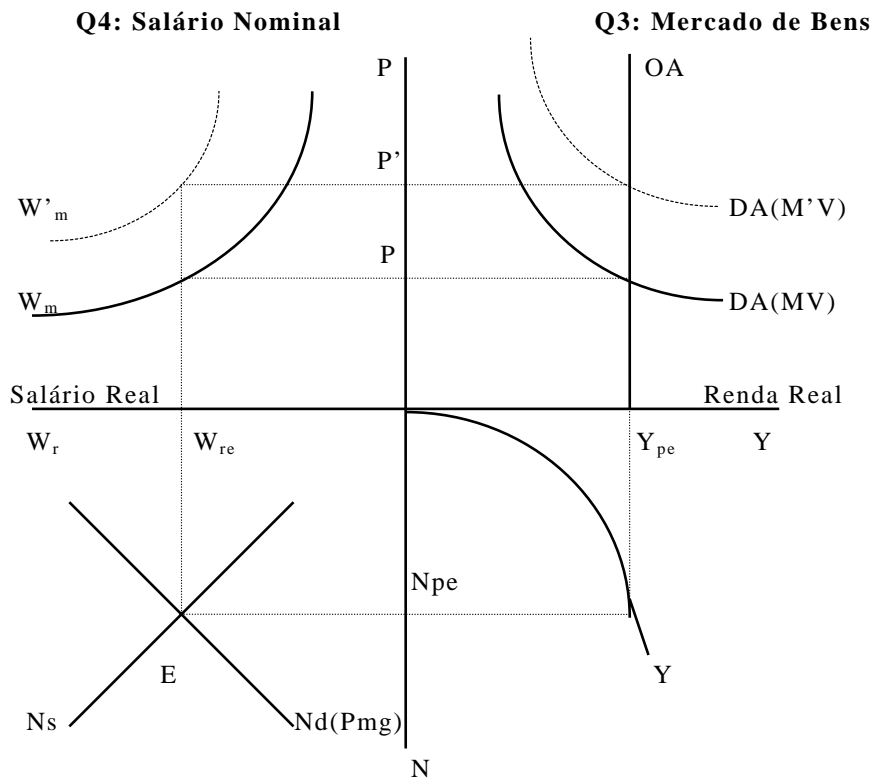
As duas equações restantes reproduzem a operação do mercado de capitais e contém a teoria dos juros, cuja finalidade é garantir o equilíbrio macroeconômico de modo que a demanda agregada se ajuste à oferta, adquirindo toda a produção de bens e serviços. Numa economia de trocas como a idealizada por Say, a única função dos juros é a de garantir o equilíbrio dos mercados, ajustando a cada instante os fluxos de poupança(oferta) e de investimento (demanda), supondo a vigência do pleno emprego. Quando toda a renda poupada no período tiver sido integralmente utilizada na aquisição de bens de capital, a demanda agregada terá sido suficiente para absorver a oferta agregada.

No mercado de capitais, a oferta de fundos para empréstimo, a poupança da economia, resulta do comportamento das famílias que maximizam utilidade aumentando a parcela de renda poupada quando a taxa de juros sobe, diferindo o

consumo presente em favor do futuro. As empresas, ao contrário, dada a produtividade marginal decrescente do capital, um dos axiomas fundamentais do modelo, tem uma função de demanda por fundos de empréstimo para investimento, também decrescente, de modo que incrementarão a demanda de fundos para financiá-los se o custo do dinheiro estiver diminuindo. A flexibilidade da taxa de juros garante, não apenas o equilíbrio do mercado de capitais, como também a demanda de plena capacidade, da mesma forma que a flexibilidade de salários é condição necessária para a produção de pleno emprego.

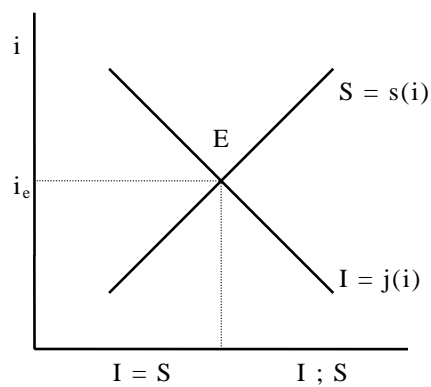
Na macroeconomia neoclássica a moeda não é reserva de valor porque não rende juros, o que é atributo apenas dos títulos. Como não é um ativo, nem sequer tem preço, serve apenas como unidade de conta na operação das trocas. A função da taxa de juros consiste em distribuir a renda existente entre consumo e poupança sem qualquer efeito dinâmico sobre a mesma, e é determinada no mercado de capitais pela interseção da oferta de fundos para empréstimo e a demanda dos mesmos para investimento. Ambos os fluxos de poupança e investimento dependem da taxa de juros e em conjunto a determinam. A suposição que vincula o acréscimo do investimento ao correspondente aumento da propensão a poupar é um dos postulados mais fortemente estabelecidos na macroeconomia clássica, que não atribui papel ativo à moeda e ao crédito. Os neoclássicos não admitem a existência do mercado de moeda e da correspondente taxa de juros de curto prazo. Aceitam apenas a de longo prazo, estabelecida no mercado de títulos, que é o único ativo financeiro que reconhecem.

7. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



Q1: Mercado de Trabalho

Q2: Função de Produção



Q5: Mercado Financeiro

A resolução do modelo se inicia no mercado de trabalho (Q1), que define o salário real e o nível de pleno emprego, que confrontado com a função de produção de curto prazo (Q2), determina o produto real, Y_p . No mercado de bens (Q3), oferta e demanda agregada determinam o nível de preços, e definido o valor real dos salários e o nível de preços, resulta a taxa nominal de salários em (Q4). Finalmente, o quinto gráfico (Q5), representa a taxa de juros capaz de estabelecer o equilíbrio no mercado financeiro.

8. A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO

A teoria neoclássica do valor e da distribuição deriva do princípio de “marginalidad” de Ricardo, que empregou o “princípio de substituição” de forma limitada para mostrar que um fator de produção “fixo”, no seu caso, a terra, poderia obter um valor “excedente” equivalente à diferença entre o produto médio e o produto marginal do fator variável, o trabalho. John Bates Clark, (*Distribution of Wealth, 1899*), considerado um dos pais da teoria neoclássica da distribuição junto com Bohm-Bawerk, considera o princípio da continua substituição de fatores no processo de maximização de lucros operando em duas vertentes, a primeira, em relação à diferença entre preço e custo de cada unidade vendida, e a segunda, a realmente importante para a distribuição de renda, na combinação ótima de insumos, contida na função de produção, que maximiza a aquisição dos mesmos.

Marshall supunha coeficientes técnicos de produção constantes e não aborda a proporção ótima dos insumos, que considera fixa para cada técnica de produção escolhida. Clark, por sua vez, admite coeficientes técnicos flexíveis e a possibilidade de adições de fator trabalho para a mesma dotação de capital, o que lhe permite construir, de acordo com o princípio dos rendimentos decrescentes, uma tabela de produtividade marginal decrescente do trabalho. O capitalista conhece o valor do produto marginal que resulta da quantidade física de cada unidade de trabalho adicional e seu preço de mercado. Como conhece também o custo do

trabalho, demandará mão-de-obra até o ponto em que o valor do produto marginal iguale o salário. Quando $VPMgN = W$ o lucro é máximo, pois nenhuma unidade adicional de trabalho lhe proporcionará qualquer ganho adicional. A produtividade marginal do trabalho decrescente, à medida que a quantidade de trabalho contratada aumenta, corresponde à própria curva de demanda, que é obviamente definida pelas condições técnicas da produção, o chamado estado da arte.

A derivação da parcela dos juros numa economia competitiva onde as firmas são tomadoras de preços, segue raciocínio similar. Substituindo trabalho por capital no papel do fator variável, é possível calcular sua produtividade marginal ($VPMgK$) e o uso da quantidade ótima no ponto em que o valor do produto marginal iguala a taxa de juros, que é o preço de mercado do capital. Pode-se admitir que o conceito de capital e o cálculo de seu valor ou preço são premissas essenciais e polêmicas na teoria neoclássica da distribuição. Clark, citado por E.K. Hunt resume assim esta teoria:

“Esta obra visa mostrar que a distribuição de renda da sociedade é controlada por uma lei natural e que esta lei, se aplicada de maneira perfeita, dará a cada agente de produção a riqueza por ele criada. Embora os salários possam ser ajustados por barganhas livres entre indivíduos, os salários resultantes destas transações tendem, - como afirmamos ate aqui - a ser iguais à aquela parcela do produto industrial que pode ser associada ao próprio trabalho; embora os juros possam ser ajustados também pela negociação livre, tendem, naturalmente, a ser iguais à fração do produto que possa ser separadamente atribuída o capital.” (Hunt 1987,p.333)

A teoria neoclássica trata a distribuição da renda como uma aplicação especial da teoria dos preços. Lucros, juros e salários são preços de mercadorias sujeitas às condições gerais de mercado. Uma lei natural rege a distribuição de acordo com a dotação dos fatores e sua produtividade, não havendo qualquer conotação institucional ou moral. Assim, em condições de concorrência perfeita, todo fator cuja oferta é variável, obterá uma remuneração equivalente a seu produto marginal.

Esta teoria é extremamente clara nas suas conclusões. A renda será integralmente distribuída através da remuneração dos fatores de acordo com a produtividade de cada um deles. A taxa de salários corresponderá à produtividade marginal do trabalho e a taxa de lucro à do capital, de modo que a remuneração dos fatores, o que chamamos de distribuição funcional da renda, equivale ao valor do produto marginal de cada um deles. Do ponto de vista microeconômico as premissas são: mercados em concorrência perfeita; pleno emprego; fatores homogêneos igualmente divisíveis e agregáveis e função de produção com perfeita substituição de fatores, derivadas primeiras positivas e derivadas segundas negativas (rendimentos decrescentes).

Não obstante, a teoria da distribuição neoclássica apresenta algumas inconsistências teóricas e metodológicas em relação à função de produção e ao conceito de capital. Uma das mais conhecidas e contundente críticas veio de P. Sraffa a propósito da possibilidade de medir a produtividade do capital. O que está em cheque é o conceito de capital, sua medida, valor e forma de agregação. Embora não tão simples como os neoclássicos supõem, medir e agregar trabalho, desde que considerado homogêneo, é uma tarefa relativamente fácil se comparado ao mesmo intento a respeito do capital. O trabalho costuma ser quantificado em unidades convencionais, como homens-hora, homens-dia/ano, etc. Agora, que unidade de medida poderia ser usada para quantificar e agregar o fator capital, sem o que seria impossível medir sua produtividade? Como o capital é um ativo não homogêneo, seu preço é calculado pelo valor presente dos rendimentos esperados, o que exige uma estrutura de preços definida anteriormente. O preço do capital depende do lucro que proporciona que, por sua vez, depende de sua produtividade, e para calcular a produtividade é necessário primeiramente agregar e quantificar o fator. A falta do que Ricardo chamava de “medida invariável de valor” faz os neoclássicos cair num raciocínio circular a propósito do conceito de capital, sem o que sua teoria da distribuição fica incompleta. Da mesma forma que o trabalho, o capital precisa ser quantificado e agregado, independentemente de seu preço, para que possa ser calculada sua produtividade e sua parcela da renda.

9. FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES

O modelo neoclássico espelha um sistema econômico baseado no *laissez faire*, capaz de autoregular-se para a obtenção, necessária e imediata, da produção de pleno emprego com distribuição justa e eficiente da renda. Não há, portanto, necessidade de intervenção do Estado, cabendo-lhe, apenas, a função de velar pela manutenção das instituições que asseguram as condições de livre mercado, a garantia dos contratos e os direitos de propriedade.

Na versão walrasiana do equilíbrio geral, o modelo supõe a existência de um vetor de preços como variável endógena, capaz de obter o equilíbrio macroeconômico ao satisfazer todas as possíveis equações de oferta e procura em todos os mercados particulares, de trabalho, de bens e de capital. Como as decisões econômicas só levam em consideração a experiência presente e o resultado ocorre de imediato, não há interferência do tempo físico. Uma vez atingido o equilíbrio de pleno emprego permanecera indefinidamente. O modelo é estático e atemporal.

Para os críticos, o marginalismo foi muito bem sucedido em seu intento de estabelecer as bases do equilíbrio e obscurecer a importância da economia política dos clássicos.

“Nas últimas décadas do século XIX a Revolução Marginalista procurou subverter os alicerces da crítica da Economia Política, abandonando a investigação sobre as leis do movimento do capitalismo, para postular as condições de equilíbrio no processo de troca.” (Belluzzo,1980,p.56)

A fundamentação microeconômica do modelo supõe alguns axiomas: a) os agentes, pessoas e empresas, são maximizadores, de acordo com o princípio da racionalidade utilitarista, onde a escala de preferências não resulta de um simples sentimento subjetivo, mas do rigor de um sofisticado cálculo de vantagens comparativas que concluem na escolha mais vantajosa entre as muitas também possíveis; b) o suposto

da concorrência perfeita leva implícita a atômica de cada agente em relação ao mercado e a disponibilidade absoluta de todas as informações relevantes; c) os fatores de produção, capital e trabalho, são igualmente homogêneos, divisíveis, agregáveis, e substituíveis entre si no processo de produção; d) a produção de qualquer mercadoria está sujeita a rendimentos decrescentes do fator variável.

O universo macroeconômico dos neoclássicos corresponde ao de uma economia de trocas intermediadas pela moeda. Entre seus fundamentos macroeconômicos, por exemplo; a) considera apenas uma economia de trocas onde as “forças de mercado” tendem a produzir o equilíbrio de pleno emprego; b) as magnitudes estão expressas em termos reais, de modo que os preços, salários nominais e a quantidade nominal de moeda, não afetam a produção real e o emprego; c) a moeda é neutra e sua oferta é exógena, pois no padrão ouro da época a quantidade do numerário está atrelada à disponibilidade física do metal. Sua única função, a de viabilizar a troca mercantil e determinar os valores nominais, tem um papel secundário, até porque a produção e a comercialização não exigem mecanismos de financiamento, o que é coerente com a atemporalidade do modelo, que pressupõe que todas as transações são realizadas e liquidadas instantaneamente.

A teoria neoclássica tem o claro propósito de construir uma análise científica não normativa, isenta de valores éticos e morais. Sua culminação é a Economia do Bem-Estar, como a mais sofisticada elaboração do marginalismo, cujo propósito é provar que o capitalismo de livre mercado é um sistema absolutamente justo na distribuição e eficiente na alocação, não havendo, portanto, qualquer razão para a intervenção normativa ou regulatória do poder público. Ora, o ingente esforço de legitimação e, finalmente, de glorificação de um sistema econômico perfeitamente competitivo, apoiado em premissas irrealistas, que na realidade não existia, não é em si mesmo uma proposição política? Ao mesmo tempo, é científico fundamentar o comportamento econômico dos agentes no mais elementar dos princípios do hedonismo individual, a maximização da utilidade, ignorando o contexto institucional vigente na sociedade, fruto do condicionamento histórico e refletido, por exemplo, nos direitos de

propriedade, na regulamentação dos contratos, na distribuição da riqueza e dos privilégios, na organização do poder, na apropriação da informação e do conhecimento, etc? É possível construir uma ciência social à margem de seu tempo histórico? A economia neoclássica e suas versões mais modernas são o exemplo, aparentemente bem sucedido, da transformação da economia política numa disciplina de ciência positiva.

Os dois elementos fundamentais da teoria do bem-estar, assim como da economia ortodoxa, são o princípio da maximização de utilidade do consumidor, que da origem à curva de demanda e o princípio de maximização do lucro da firma, que resulta na curva de oferta, e da interação de ambas resulta o equilíbrio dos mercados. O princípio de maximização da utilidade individual é explicitado através do artifício das curvas de indiferença, que na sua formulação gráfica ou matemática, permitem visualizar o comportamento racional do consumidor, ao confrontar sua restrição orçamentária com a possibilidade de escolha entre dois bens que oferecem satisfações diferentes e tem preços estabelecidos pelo mercado. Como a escolha é feita a partir de uma classificação ordinal de preferências é possível evitar a dificuldade insuperável de quantificar a utilidade. Feitas as escolhas, num processo instantâneo e generalizado para todos os bens da economia, resulta que os preços são os de equilíbrio. A função do leiloeiro walrasiano onisciente está, justamente, em permitir a troca (bater o martelo) apenas nas circunstâncias em que o equilíbrio entre oferta e procura de cada bem pode ser atingido.

De forma similar, o artifício das isoquantas, que representam as diferentes possibilidades de combinação de dois fatores, capital e trabalho, dados seus preços e respectivas produtividades, na obtenção de uma dada quantidade de produto, confrontadas com a restrição orçamentária da firma, a linha de isocusto, fornecerão a combinação ótima que possibilitará o lucro máximo.

A economia neoclássica do bem-estar desenvolvida por Walras e aperfeiçoada por seu discípulo W. Pareto leva ao limite as proposições da escola marginalista, no que

Hunt (1978,p.407), parafraseando ironicamente Santo Agostinho, denomina de “visão beatífica”.

“Com base nas condições de maximização da utilidade e do lucro, os economistas neoclássicos construíram um edifício bem organizado, simétrico e esteticamente agradável, dedutivo e matemático, que prova que, em condições de concorrência, os consumidores que maximizem a utilidade e que façam trocas, bem como os empresários que maximizem os lucros e que façam trocas, automaticamente agirão e interagirão de maneira a maximizar o bem-estar social.” (p.407)

A norma fundamental da economia do bem-estar é o conceito do ótimo de Pareto, segundo o qual, dada uma dotação inicial de fatores de produção, a situação econômica é ótima, quando nenhuma mudança pode melhorar a posição de um agente sem piorar a de qualquer outro, respeitadas as avaliações individuais de cada um deles. O ótimo coletivo é apresentado como a soma de situações ótimas individuais, o que obviamente mascara os conflitos que surgem ao considerar o interesse individual frente ao social, ou no conceito de externalidades, introduzido na análise na década de 50.

Fundamentada na subjetividade individual, esta teoria está incapacitada para lidar com o coletivo, por exemplo, com o conceito de bem-estar social. Admite, como axiomas, que as escalas subjetivas de preferências dos indivíduos, assim como a distribuição da renda e da riqueza, estão dadas e são incontestáveis. Sendo assim, é impossível considerar a possibilidade de uma transferência de bens entre indivíduos mesmo que suas posições na escala de satisfação das necessidades sejam extremamente díspares, pois não havendo uma medida objetiva e universal de utilidade, a avaliação subjetiva e arbitrária de cada um, não permite qualquer julgamento objetivo sobre qual seria a distribuição de renda e riqueza ou de produção de bens que maximizasse o bem estar social. Desde que a maximização do benefício de uns representa o oposto para outros e, não dispondo de padrão de

medida da utilidade, não há como concluir sobre o resultado líquido de qualquer proposta alternativa de alocação de fatores e distribuição de riqueza.

Um exemplo deste conflito social, evidente nas ciências sociais, está expresso no conceito de externalidades e na forma como a teoria ortodoxa o tem abordado. Externalidades acontecem quando a utilidade de um indivíduo, de um grupo ou o interesse de uma empresa ou empresas são afetados por processos de produção de outras firmas com os quais não tem qualquer relação. O exemplo típico é o dano que a poluição de algumas empresas impõem ao conjunto da sociedade, sendo que a optimalidade parietinana, concebida desde a perspectiva individual, não tem como lidar com um fenômeno que reflete o conflito social. A abordagem do assunto através do cálculo de custo-benefício e o estabelecimento de direitos de provocar externalidades não parece muito racional.

10. A CRÍTICA AO MODELO NEOCLÁSSICO

O rigor analítico, a aparente consistência das proposições e a estética da construção deste modelo, tem fascinado gerações de economistas apesar da falta de fundamentação científica de muitos dos pressupostos. A construção teórica da economia marginalista, que surge a partir de 1870 e da origem ao que se convencionou chamar genericamente de modelo neoclássico, ou simplesmente clássico, no sentido de anterior a Keynes, parece ser a imagem do anseio de perfeição da época vitoriana. Apesar de todas as evidências em contrário, o universo econômico destes autores não leva em conta o tempo como elemento condicionante das decisões dos agentes, conseqüentemente, é incapaz de admitir a incerteza, a tendência para a concentração do capital, a instabilidade, as crises recorrentes e o desemprego. Como todos conhecem todos os mercados, a informação é completa e os riscos em relação ao futuro são previsíveis e, portanto, podem ser calculados e segurados, razão pela qual não há motivos para acumular liquidez, seja para prevenir ou para especular com ativos. Para os críticos, o grau de abstração e

simplicidade da economia neoclássica limita sua aplicabilidade e seu poder explicativo da realidade, o que não parece ter-se alterado com os desenvolvimentos mais recentes.

O desemprego involuntário é apresentado como um desequilíbrio temporário do mercado de trabalho, que resulta de um preço equivocado, que é o salário excessivamente elevado, devendo ser corrigido através da redução do salário nominal. Todos os trabalhadores dispostos a trabalhar ao salário de mercado encontrarão emprego, não podendo existir, por definição, desemprego involuntário no longo prazo. Não há explicação para o desemprego daqueles que aceitariam trabalhar a salários inferiores aos de mercado. A este respeito são amplamente conhecidas as restrições ao conceito de equilíbrio quando aplicado ao mercado de trabalho, especialmente, em relação aos pressupostos de homogeneidade e perfeita mobilidade da mão-de-obra porque ignoram, como escrevia Ricardo nos *Princípios..*, que este mercado é essencialmente diferente dos demais mercados.

Com relação aos pressupostos, Eichner (1985) aponta quatro elementos básicos, essenciais na sua construção, como cientificamente inconsistentes e irrealistas: as curvas de indiferença, que supostamente refletem as preferências dos consumidores entre dois bens igualmente disponíveis; as isoquantas, representando as possíveis combinações entre capital e trabalho no processo de produção, sendo que o estoque de capital é fixo; as curvas de oferta das empresas positivamente inclinadas, que resultam da suposição de que elas maximizam lucros no curto prazo sob condições de concorrência perfeita e, finalmente, a existência de curvas de produto marginal para todos os fatores que interagem na produção, tanto para o trabalho, considerado homogêneo, como, pior ainda, para o capital.

A crítica de Eichner decorre da rejeição dos axiomas, por exemplo, o da escolha racional através de conjuntos de curvas de indiferença de Pareto, originalmente idealizadas por Edworth, cuja construção fundamenta a curva de demanda e a teoria do consumidor. A curva de indiferença parte do princípio da maximização da

utilidade individual mediante a escolha ótima entre inúmeras alternativas possíveis, o que exige que o consumidor tenha perfeito conhecimento do mercado. A escolha é entre dois produtos é uma metáfora para explicar didaticamente o mecanismo inconsciente, automático e instantâneo que supostamente guia o comportamento do consumidor, ilustrando de forma gráfica e algébrica a forma de maximizar a utilidade. Uma vez assimilado, o exemplo é estendido para qualquer quantidade de itens. É um artificialismo sem aplicabilidade prática e, inclusive, desnecessário para a validação empírica da curva de demanda negativamente inclinada.

O conceito das isoquantas representa a possibilidade de escolha racional da firma maximizadora de lucros entre as diversas alternativas de alocação dos fatores. Serve de base para a teoria da firma e da produção e é, segundo Eichner, igualmente metafísico pois impossível de comprovação empírica. Curvas de indiferença e isoquantas fazem parte do mesmo princípio de racionalidade que orienta as decisões do consumidor e do produtor. A construção das isoquantas supõe a possibilidade de combinar os fatores em proporções variáveis de forma a maximizar a diferença entre o custo de aquisição e a produtividade de cada um deles, o que contraria os fatos, pois na maior parte das atividades os coeficientes técnicos da produção são constantes até que uma outra tecnologia ou escala de produção seja introduzida.

As outras duas observações críticas dizem respeito ao conceito de firma representativa, e os axiomas que estão em discussão são a maximização de lucros a curto prazo da empresa tomadora de preços, e os rendimentos decrescentes da produção, que resultam nas curvas de custo marginal e sua correspondente curva de oferta positivamente inclinadas.

Eichner (1976), apoiando-se em evidência empíricas, nega que a empresa representativa seja mera tomadora de preços, ao contrário, dado que a condição de concorrência é mais a exceção do que a regra, especialmente na indústria, considera que as empresas estabelecem os preços a partir dos custos de produção, como parte de sua estratégia de longo prazo que consiste em maximizar sua permanência nos

negócios e no crescimento no longo prazo. Quanto aos rendimentos de escala, acredita que tendam a ser constantes ou decrescentes, o que resulta numa curva de oferta perfeitamente elástica a preços ou, inclusive, decrescente. Neste contexto não existe o equilíbrio parcial marshalliano nem a firma representativa, e o tamanho ótimo da empresa é indeterminado.

N.Kaldor (1960), a propósito do equilíbrio parcial de Marshall e dos conceitos associados de tamanho ótimo e firma representativa, se pergunta sobre as causas que justificariam a elevação da curva de custos da firma individual relativamente aos da sua industria, a ponto de determinar seu equilíbrio ou tamanho ótimo sob condições de concorrência perfeita. Para que a curva de custo marginal se torne crescente, terá de haver, necessariamente, um fator que seja escasso para a firma e de oferta livre para a industria, cujo rendimento seja decrescente quando a produção aumenta. Para tanto, não são motivos suficientes: a indivisibilidade dos fatores, que pode ser superada para escalas ampliadas da produção; as deseconomias externas, pois afetam todas as empresas por igual; a possível escassez de capital ou de capacidade gerencial. Kaldor conclui que o tamanho ótimo de firma é infinito ou indeterminado, pois não existem fatores escassos para a firma no longo prazo, o que parece ter fundamento real na existência de corporações gigantescas em continuo crescimento. A curva de oferta padrão parece estar mais próxima da totalmente elástica a preços do que da positivamente inclinada, sendo que os preços podem ter muito mais a ver com o custo médio do que com suas variações na margem, especialmente na produção em grande escala.

Piero Sraffa (1926) contestou vigorosamente a generalização do princípio dos rendimentos decrescentes, uma lei antiga criada por Ricardo para explicar a distribuição de renda numa economia rural onde o cultivo em terras adicionais tinha produtividade cada vez menor, e seu uso na determinação dos preços e na criação da nova teoria do valor-utilidade. Referindo-se á hegemonia do pensamento neoclássico:

“No quadro de tranqüilidade que a moderna teoria do valor nos apresenta existe um ponto escuro que altera a harmonia do todo, representado pela curva de oferta baseada nas leis dos rendimentos decrescentes.”(p.14)

A generalização da lei dos rendimentos decrescentes, do caso particular da terra para o de qualquer outro fator de oferta limitada, tinha como propósito derivar uma curva de oferta simétrica á de demanda, tornando possível, na interação de ambas, a determinação dos preços e a tendência natural para o equilíbrio da firma e dos mercados, proposto por Marshall.

Para Sraffa o principio dos rendimentos decrescentes não se aplica nas condições de concorrência perfeita, pois os acréscimos na quantidade produzida por uma firma e, conseqüentemente, na demanda do fator só podem afetar marginalmente sua oferta total. Por outro lado, na produção em grande escala, não competitiva, Sraffa, nota que foi dada muita pouca importância às vantagens que resultam da cada vez mais intensa divisão do trabalho, ao ponto que a curva de custos e de oferta que melhor conforma a experiência nestes casos parece ser uma curva com custos decrescentes ou rendimentos crescentes, o contrário do proposto pelos neoclássicos. Conclui:

“A experiência cotidiana mostra-nos que um grande número de empreendimentos - e a maioria dos que produzem bens manufaturados- trabalha sob condições de custos individuais decrescentes.” (p.24)

Sraffa rejeita a curva de oferta padrão crescente, pois a produtividade marginal do trabalho, o fator variável, exigiria, para ser decrescente, homogeneidade do capital, o fator constante, e plena utilização do mesmo, o que nos remete á famosa controvérsia que animou os debates dos keynesianos sobre o conceito de capital. Antecipando Keynes, propõe claramente que a limitação da produção capitalista não é a suposta escassez de fatores e seu custo crescente, mas as restrições da demanda.

Uma das inconsistências teóricas mais contundentes apontadas no modelo neoclássico diz respeito ao conceito de capital, sobre seu uso como fator de produção, sua natureza e relativa escassez. O capital entra na função de produção neoclássica como um fator quantificado, homogêneo e divisível, cuja produtividade marginal, como no caso do trabalho, determina de maneira justa e natural sua remuneração sob a forma do lucro. Porém, para conhecer o valor do produto da unidade adicional de capital, sua produtividade, é necessário quantificar o fator capital em alguma unidade de medida e dispor de uma estrutura de preços anterior.

O capital entra na função de produção, diferentemente do que acontece com o trabalho, pelo seu valor de mercado, estimado, por tratar-se de um ativo, pelo valor presente dos rendimentos futuros ou rendimentos líquidos esperados. Porém, este cálculo exige uma estrutura de preços anterior que por sua vez tenha embutida a taxa de lucros e reflita a de distribuição de renda em vigor, o que logicamente exigiria conhecer a produtividade do capital que determinou a taxa de lucro. Portanto, ao não poder quantificar o capital em unidades diferentes do ser valor, a análise marginalista do capital incorre em raciocínio circular (Belluzzo, 1980, p.60). Falta a unidade indivisível de valor, uma unidade de medida do fator independente de seu valor, tal como supostamente ocorre com o trabalho. Os neoclássicos estabelecem como base da teoria da distribuição uma relação unívoca entre a quantidade do fator, neste caso o capital, sua produtividade e a remuneração correspondente, a taxa de lucro, em todo simétrica á utilizada no caso do trabalho para determinar o salário, sendo que o trabalho é quantificado em unidades que nada tem a ver com seu valor ou preço.

Entre as várias críticas que podem ser feitas á economia neoclássica vale a pena destacar a de Kalecki a respeito da relação entre emprego e salários. Admitindo livre concorrência, custos marginais crescentes e preços e demanda agregada estáveis e dependentes da política monetária, a teoria neoclássica conclui pela relação inversa entre emprego e salários, isto é, a produção e o emprego só podem aumentar se o salário real diminuir. Como salários reais e nominais variam no

mesmo sentido e com a mesma intensidade, dado que o nível de preços é constante para uma dada política de crédito orientada pelo Banco Central, resulta que a redução do salário nominal proporcionara aumento do emprego. O desemprego é a consequência do preço excessivo do trabalho que o próprio mercado se encarregará de ajustar. A conclusão, bem conhecida, é que o desemprego involuntário no longo prazo é, simplesmente, impossível.

Kalecki considera esta teoria inconsistente. Levando em conta, a título de exercício, os pressupostos de concorrência perfeita e rendimentos decrescentes, argumenta que, se o custo do trabalho se reduz e com ele o custo marginal, o nível de preços em livre mercado também diminuirá. Sendo assim, a queda do salário nominal, ao não alterar seu valor real, não terá qualquer efeito sobre o emprego. Em outras palavras, em mercados competitivos salários nominais e reais não variam no mesmo sentido. É um equívoco supor que os preços possam permanecer constantes quando o custo do trabalho diminui. Admitindo concorrência perfeita e custos crescentes, mas rejeitando preços e demanda fixos, Kalecki conclui que não há qualquer relação entre salários e emprego.

“Nesta situação, o único resultado evidente da diminuição dos salários num sistema de livre concorrência é a queda do nível geral de preços” (1977, p.80), ou: “o mais provável resultado da diminuição dos salários, de acordo com a suposição da livre concorrência, é a permanência do mesmo volume de produção juntamente com o declínio do nível geral de preços”. (idem, p.84)

Os neoclássicos parecem adotar a determinação do preço natural de longo prazo, contida na lei de Say e explicitada na Teoria Quantitativa da Moeda, para explicar o comportamento de curto prazo nos mercados de bens e de trabalho, onde, de acordo com os pressupostos, os preços dependem dos custos marginais crescentes à medida que a produção e o emprego aumentam.

Kalecki, como Keynes, acredita que a produção depende da demanda que em última instância determina o emprego no curto prazo. Como a demanda agregada está predominantemente condicionada pelos gastos dos capitalistas em consumo e investimento, as variações no nível de emprego dependerão dos fatores que condicionam a decisão de investir da classe dos empresários.

Por sua vez os salários, uma vez abandonados os pressupostos da livre concorrência e custos marginais crescentes, tem a ver, segundo o autor, com os fatores de distribuição em mercados de concorrência imperfeita, onde as empresas operam com custos marginais constantes e praticam preços acima dos mesmos, de acordo com seu poder de mercado. Neste contexto a microeconomia ortodoxa deveria dar lugar á microeconomia corporativa. (Eichner,1976)

III. O MODELO KEYNESIANO

Apesar de sua elegância teórica, a macroeconomia neoclássica entra em crise porque se mostra incapaz de compreender a realidade. Estática e de curto prazo não consegue explicar a Grande Depressão. A crise que se inicia na década de vinte e que duraria até o início da Segunda Grande Guerra, não poderia ser tratada como um mero desequilíbrio de curto prazo em torno da condição normal da economia. A forte diminuição dos salários e da taxa de juros não foram capazes de elevar o emprego, o investimento e a produção, ao contrário, nos EUA o investimento entrou em colapso entre 1929 e 33, enquanto a taxa de desemprego passava de 3,2% para 23,6%, o equivalente a 13 milhões de pessoas sem trabalho. Na Inglaterra, onde o salário real caiu menos graças á política deflacionaria destinada a valorizar a libra, o PNL a preços correntes caiu em mais de 50%. Na prática o modelo não funcionava.

Ao escrever a *Teoria Geral...*, Keynes rejeita o paradigma anterior de uma economia de trocas, contido na lei de Say, á procura de outra alternativa para explicar o

comportamento bem mais complexo de uma economia monetária, cujo problema mais imediato era o desemprego involuntário. Desejava entender a economia capitalista e corrigir suas disfunções libertando-se do antigo modo de pensar, como explicitado no prefácio à Teoria Geral:

“A redação deste livro constitui para o autor um prolongado esforço de evasão, uma luta para escapar às formas habituais de pensamento e expressão... A dificuldade não reside nas idéias novas, senão em fugir às antigas que se insinuam pelos escaninhos do entendimento daqueles que, quase todos nós, receberam a mesma formação.” (Keynes, 1936)

Keynes percebe que a essência da crise presente não cabe na abordagem das “flutuações de negócios” da teoria ortodoxa, onde as variações de curto prazo em torno da situação normal da atividade econômica encontram sua solução no ajuste dos preços. Keynes se propunha modificar princípios fortemente consolidados, introduzindo novas variáveis capazes de abalar a estrutura preexistente, como o tempo, a incerteza e o papel decisivo moeda no comportamento dos agentes econômicos:

“Veremos que uma economia monetária é sobretudo aquela em que as mudanças de opinião quanto ao futuro podem influir no volume atual do emprego e não apenas na sua orientação.” (Keynes, 1936. Prefácio à T.G.)

Na economia ortodoxa as decisões dos agentes se apoiam em certezas e produzem efeitos instantâneos, perfeitamente previsíveis de acordo com o comportamento racional de cada um deles, daí que o equilíbrio seja a condição de normalidade. Já na keynesina o tempo é importante e existe incerteza. Os agentes podem postergar ou antecipar decisões de gasto, poupança ou investimento, dada a versatilidade da moeda, que pode ser entesourada ou adiantada mediante créditos bancários. A moeda e seu custo de retenção, a taxa de juros, estão diretamente relacionados com as previsões que os agentes fazem a respeito do futuro. Na troca direta as transações

ocorrem instantaneamente, mesmo que intermediadas pelo uso da moeda que, no limite, até não é necessária. A economia capitalista é um economia monetária e não apenas uma economia de trocas, porque a moeda, na função de reserva de valor, permite modificar as motivações dos agentes, diferindo no tempo suas decisões e ações econômicas. O poder de compra pode ser “armazenado” no tempo, através do entesouramento, o que afeta, primeiramente, a demanda e a seguir a produção e o emprego.

Keynes desejava entender as razões e conseqüências do desemprego involuntário, como condição permanente do sistema capitalista, propondo um enfoque revolucionário a partir da ótica da moeda. A causa do desemprego não está no mercado de trabalho, que apenas sofre as conseqüências, mas no elevado custo do dinheiro que inibe o investimento e a demanda. (V.Chick,1993,p.12)

A macroeconomia de Keynes não está contida num modelo rigoroso e hermético, embora alguns de seus seguidores tenham tentado, até para facilitar sua compreensão, resumir seu conteúdo numa estrutura formal. O sucesso de suas idéias, apesar das várias interpretações, pode ser medido pelo longo período, de quase cinquenta anos, em que reinou absoluto, oferecendo uma visão radicalmente nova sobre: a natureza monetária da economia onde a moeda e o mercado financeiro jogam papel decisivo; a predominância da demanda através do investimento sobre a produção e o emprego; o mercado de trabalho dependente do setor real; a função reguladora do Estado, etc.. Trata-se, também, de uma análise estática e de curto prazo, mas inovadora, o suficiente, para romper com boa parte dos pressupostos, não todos, que tornavam irreal a macroeconomia neoclássica.

1. A CRÍTICA À ECONOMIA NEOCLÁSSICA

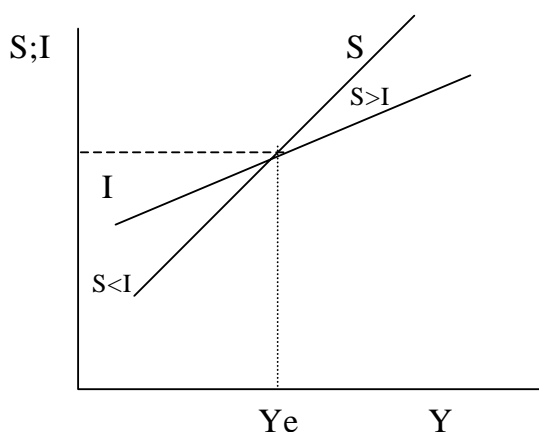
O ataque mais contundente dirigido aos pressupostos e ao método da análise clássica foi desenvolvido em Cambridge por Piero Sraffa (1926 e 1960) e Joan Robinson, no artigo de 1953 na *Review of Economic Studies*, que dá origem à famosa controvérsia sobre a teoria do capital. A grande crise dos anos trinta mostra que o desemprego em massa não tem a ver com salários, e sim com os motivos que respondem por uma menor utilização da capacidade instalada. A causa maior da crise estaria na insuficiência da demanda efetiva, e não do lado da oferta. Como os salários são simultaneamente custo e renda, estando tanto do lado da oferta como da demanda, sua variação não afeta a produção e o emprego. Keynes acredita que o resultado mais provável de sua redução será a contração ainda maior da demanda. (cap.19 da T.G)

Keynes rejeita a explicação convencional para o desemprego involuntário. A oferta de trabalho não depende do salário real e sim do nominal, o único que os trabalhadores conhecem, de tal forma que variações nos preços e, conseqüentemente, nos salários reais, não alteram a oferta de mão-de-obra. Acredita que os trabalhadores não percebem com clareza o movimento dos preços, levando em conta, apenas, seu valor nominal. Na sua opinião, os trabalhadores, iludidos quanto ao valor real dos salários, estariam sujeitos ao que ele chama de “*ilusão monetária*”. Sendo assim, a curva de oferta de trabalho tradicional, positivamente inclinada, não existe. Considera, também, que os salários nominais são relativamente rígidos, pois sujeitos a restrições institucionais como os acordos coletivos negociados com os sindicatos. Embora aceitando o princípio da desutilidade marginal do trabalho, Keynes nega a existência da curva de oferta de trabalho neoclássica. Rompe com sua teoria do emprego, mas permanece fiel à teoria dos salários e da distribuição.

Keynes, ao propor uma nova teoria do emprego baseada no princípio da demanda efetiva, inverte a causalidade entre produção e emprego do modelo anterior. A

quantidade de mão-de-obra demandada intencionalmente pelas empresas depende, dado o estado da arte em vigor, do montante de produção que elas planejam realizar para atender á demanda por seus produtos. Frustrações de vendas levarão a ajustes na produção e, como conseqüência, na demanda por trabalhadores. Está explicado o desemprego involuntário independentemente do custo do trabalho. Era assim que o autor via os fatos.

Outro dogma fundamental contido na lei de Say, supõe que a taxa de juros seja capaz de igualar os fluxos de poupança e investimento, de modo que a oferta e a demanda agregadas sejam necessariamente equivalentes no pleno emprego. Keynes, por sua vez, desvincula a determinação do custo do dinheiro, dos fluxos da poupança e investimento, pois a poupança è o excedente de renda não gasta, que depende diretamente da própria renda, enquanto que as decisões de investimento dependem da rentabilidade esperada do capital. Poupança e investimento são fluxos independentes, sendo que o investimento não depende da poupança precedente. A causalidade ocorre ao contrário, é a poupança que deriva da renda gerada pelo investimento. Quando a renda aumenta, a poupança também aumenta, de modo que tende a ocorrer um excesso de poupança em relação ao investimento realizado, o que ocasiona insuficiência de demanda e desemprego involuntário. É o conhecido “paradoxo da poupança”.



Já a taxa de juros tem a ver com o comportamento dos mercados de moeda e de títulos. Segundo Keynes, a preferência pela liquidez dos agentes com ativos líquidos impede que a taxa de juros diminua o suficiente para equilibrar o mercado financeiro, de modo que o equilíbrio macroeconômico deverá ser obtido abaixo do nível de pleno emprego.

Trevithick (1992) considera a teoria neoclássica dos juros indeterminada, pois com a economia operando abaixo do pleno emprego, a renda efetiva, da qual depende o fluxo de poupança, passa a ser uma variável a mais, resultando num sistema de duas equações e três incógnitas, tal que $S = s(Y, i)$. Ao supor pleno emprego fica eliminada a renda como variável. A teoria da preferência pela liquidez e o enfoque da moeda como reserva de valor, permitirão a Keynes desenvolver uma teoria dos juros vinculada ao valor presente e futuro do estoque de ativos financeiros, independente dos fluxos correntes de poupança e investimento.

2. A TEORIA DA DEMANDA

O princípio da “demanda efetiva”, fundamental do modelo keynesiano e cuja origem remonta às discussões dos clássicos sobre moral e economia (Mandeville, citado por J.Robinson, 1979, p.19), e que já havia sido antecipado por Kalecki em 1933, sem o conhecimento de Keynes, é usado agora para determinar, no curto prazo, o nível de produção e emprego que resulta da decisão de oferta feita pelos empresários, de acordo com as expectativas de rendimentos que esperam obter. Portanto, o emprego é variável dependente, sujeita às flutuações das expectativas. Quando estas melhoram, a produção aumenta ao longo da função de oferta agregada, e com ela o emprego, quando pioram ocorre o contrário. Numa economia simples, sem governo e resto do mundo, que não enfrenta restrições na oferta de fatores, o princípio da demanda efetiva estabelece que o montante dos gastos em Consumo e Investimento, $C + I$, que as famílias e as empresas, respectivamente, planejam realizar, determina a produção ou renda, Y . Os conceitos de propensão marginal a consumir, eficiência

marginal do capital e preferência pela liquidez são os elementos fundamentais e inovadores desta teoria da demanda.

No modelo keynesiano a determinação da renda se apoia na teoria do consumo e do investimento, que integram a demanda efetiva. Sua função consumo supõe a existência de uma regra comum de comportamento, denominada de “lei psicológica fundamental”, que rege a distribuição da renda pessoal disponível entre consumo e poupança, que por sua vez, da origem à teoria do multiplicador. O segundo componente da demanda é o investimento, cujos determinantes dependem da rentabilidade esperada ou “eficiência marginal do capital” e da “preferência pela liquidez”, conceito essencial na elaboração da teoria dos juros e da moeda. Quanto ao emprego, Keynes considera que depende da demanda efetiva, e o possível equilíbrio nos setores real e monetário, tende a ocorrer abaixo do pleno emprego.

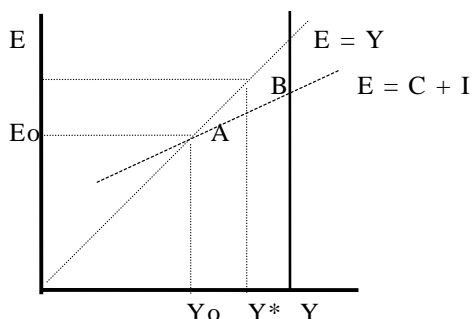
O “princípio da demanda efetiva”, elaborado simultânea e independentemente por Keynes e Kalecki, nega a lei de Say e oferece uma explicação para o desemprego baseada na insuficiência da demanda, deslocando a ênfase da análise econômica do lado da oferta para o da demanda. Para ambos os autores, são as decisões de gasto em consumo e investimento as que determinam a produção e o emprego. O nível de produção e renda não dependem apenas da disponibilidade e eficiência na alocação dos fatores, mas da demanda final por bens e serviços, sem a qual os fatores permanecerão ociosos. A decisão de produção depende da expectativa dos empresários em torno dos rendimentos necessários para pagar os insumos diretos, o uso do capital, e a remuneração do trabalho, além do lucro que devera ser gerado, de modo que esta expectativa de rendimentos sobre o que os empresários supõem poder vender, é quem determina a oferta de bens que efetivamente sera produzida. Quando as previsões se confirmam, a oferta deverá ser equivalente ao que está sendo demandado e ocorrerá equilíbrio, porém, não necessariamente, de plena capacidade.

O consumo das famílias, em termos reais ou unidades de salário, é uma função crescente da renda real corrente, expressa em unidades de salário por $C_w = c(Y_w)$, tal

que a propensão marginal a consumir, $0 < \delta C / \delta Y < 1$. Este comportamento padrão do consumidor, que Keynes denominou de “lei psicológica fundamental”, afirma que as pessoas modificam seu consumo de acordo com as variações na renda, porém num montante proporcionalmente menor. Representa um dos novos fatores comportamentais introduzidos por Keynes.

O investimento é o montante de gastos que as empresas realizam na aquisição de capital fixo, sendo que a decisão de investir depende do confronto entre a taxa de rendimento esperada, ou Eficiência Marginal do Capital, e a taxa de juros, por sua vez uma variável estritamente monetária. Keynes define a EMK, outro fator comportamental, como sendo a taxa de desconto capaz de igualar o valor presente da série de rendimentos que serão proporcionados pelo novo bem de capital durante sua vida útil, isto é, seu preço de demanda, com o preço de oferta. Dado que o preço de oferta dos bens de capital deve ser crescente, a medida que sua demanda aumenta, conclui-se, que a curva de EMK é decrescente. Portanto, as empresas investirão até o ponto em que a taxa de retorno da última inversão iguale a taxa de juros do mercado de empréstimos de longo prazo.

Quando as decisões de gasto coincidem com o que foi previsto, o que significa que a demanda efetiva do período se concretiza, tal que: $Y = C + I$, a economia estará em equilíbrio (ponto A), cuja representação mais simples é a conhecida “cruz keynesiana”. Neste ponto, o fluxo de poupança, como excedente de renda além do consumo, será equivalente ao montante de recursos que os empresários utilizaram previamente para financiar o investimento.



Em Y_0 , a economia está em equilíbrio, pois $Y = E = C + I$, ou $OA = DA$, porém abaixo do pleno emprego Y^* . Acima de Y_0 , parte da produção não será vendida e o acúmulo de estoques provocará um ajuste recessivo no período seguinte, até convergir para Y_0 . No ponto B, haverá um excesso de oferta em relação à demanda agregada e, conseqüentemente, a poupança gerada superará o investimento realizado. Este excedente de poupança, denominado na terminologia keynesiana de “paradoxo da poupança”, que decorre do comportamento da função consumo, cuja propensão marginal a consumir é menor do que um, evidencia a independência entre as decisões de poupança e investimento e a inexistência de um mecanismo de ajuste entre ambas, contrariando o que economistas neoclássicos imaginavam. Portanto, para que o equilíbrio macroeconômico possa ser mantido à medida que a produção aumenta, será necessário que o gasto em investimento cresça na proporção adequada para absorver a poupança que a nova renda gera. Se admitirmos a presença do governo e do setor externo, esta mesma função pode ser desempenhada pelo déficit público ou superavit externo.

A visão do investimento de Keynes é radicalmente diferente da apresentada pela teoria clássica, porque leva em conta a instabilidade natural dos rendimentos esperados do capital e a preferência pela liquidez. De acordo com este novo conceito, a simples existência de poupança não significa, em absoluto, igual disponibilidade de recursos para financiar a aquisição de bens de capital, pois os agentes poderão preferir reter suas disponibilidades sob a forma de moeda ou títulos, dependendo da valorização esperada dos mesmos, o que afeta a curva de demanda por moeda e a própria taxa de juros de mercado. Ao mesmo tempo, as previsões sobre o futuro influenciam os gastos de capital fixo, independentemente da oferta de recursos. Aqui, a taxa de juros, diferentemente do que ocorre no modelo clássico, é incapaz de prover o ajuste entre a poupança e o investimento.

Na análise keynesiana o investimento independe da poupança, porque, a rigor, a precede. As empresas quando decidem ampliar sua capacidade, emitem títulos de dívida, que serão adquiridos por instituições financeiras, que deste modo ampliam a

liquidez do sistema. O investimento, financiado através de expansão de crédito, deverá gerar, no período seguinte, uma renda tal, cuja poupança seja suficiente para resgatar os empréstimos que deram origem ao processo. Neste caso, será obtido o equilíbrio macroeconômico, quando a poupança, a posteriori, iguala o investimento inicial. O princípio da demanda efetiva põe o capital financeiro a serviço do capital produtivo, tornando a oferta de moeda endógena e eliminando as restrições financeiras. No limite, o “animo empreendedor” dos capitalistas seria a única restrição efetiva à expansão do capital. Na prática, a expansão do crédito exige garantias reais o que restringe a expansão dos empréstimos bancários.

Na composição da demanda efetiva, os gastos em bens de capital são o componente com maior grau de incerteza, pois a expectativa de retorno do novo capital varia de acordo com as previsões que constantemente são feitas sobre o futuro, naturalmente incerto no sentido de não sujeito ao cálculo probabilístico de risco, o que torna seu planejamento e realização bastante instáveis, daí que sua flutuação seja a maior responsável pelo comportamento cíclico da economia.

3. O MULTIPLICADOR

O multiplicador, desenvolvido inicialmente em 1931 por R.Khan, a propósito do emprego, é um dos novos e fundamentais conceitos do modelo keynesiano, que explica a dinâmica do processo de expansão cumulativa da renda, a partir do efeito sobre a mesma do gasto autônomo de investimento.

“O multiplicador, dada a propensão a consumir da coletividade, nos diz em que medida a renda cresce quando os investimentos aumentam, até produzir o incremento de poupança necessário para realizá-los.” (Prebisch,1988,p.21)

Assim, um novo investimento, independentemente de como é financiado, representa inicialmente um acréscimo equivalente de renda, dado que a produção aumenta para

satisfazer a nova demanda. Ao mesmo tempo, os agentes receptores da nova renda ao destinar uma parcela da mesma ao consumo, de acordo com sua $PmgC$, provocarão, como efeito secundário, um novo aumento da demanda e da renda e assim sucessivamente num processo infinito e decrescente, até atingir um novo nível de renda mais elevado. O resultado destes efeitos é denominado de efeito multiplicador e pode ser considerado, apenas, um fenômeno de estática comparativa entre dois níveis de renda resultantes de dois montantes de investimento diferentes.

Para que o efeito multiplicador se torne dinâmico o acréscimo inicial de investimento terá de ser constante a cada período, de modo a garantir a demanda agregada necessária para sustentar os níveis de renda crescentes desse mesmo período. O multiplicador tem, portanto, dois aspectos, um dinâmico, associado ao processo contínuo de crescimento do investimento e da renda, e outro estático, que explica a variação da renda como resultado da variação do investimento. Embora Keynes tenha mencionado apenas o multiplicador de investimento, qualquer variação dos gastos autônomos que compõem a demanda agregada, produz depois de algum tempo, uma variação correspondente e proporcionalmente maior da renda de equilíbrio.

Para exemplificar como funciona o multiplicador, vamos supor um gasto adicional em bens de capital, que representa, de imediato, um aumento equivalente de renda para o provedor do equipamento, e cuja materialização é a renda gerada sob a forma de salários, lucros, juros e dividendos que, por sua vez, ao ser utilizada por cada um dos agentes receptores, induzirá gastos adicionais em consumo, embora numa proporção menor, dado que a $PmgC$ (c) é inferior à unidade. O efeito secundário do acréscimo do investimento inicial é o aumento do consumo, que representa demanda adicional para as empresas que produzem bens de consumo, o que gera nova renda, parte da qual também será consumida, num processo contínuo de acréscimos sucessivos e decrescentes de consumo e renda. Estes acréscimos de renda formam uma progressão geométrica de razão $1/(1-c)$.

Do exposto se deduz que o efeito do multiplicador de investimento sobre a renda se decompõe em duas partes: o efeito primário da expansão autônoma do investimento inicial na demanda agregada, o ΔI , mais o efeito secundário derivado da propensão marginal a consumir, o ΔC . Partindo da identidade da renda.

$Y = I + C$, temos que: $\Delta Y = \Delta I + \Delta C$ (1)

dado que, por definição: $c = \Delta C / \Delta Y$; de onde: $\Delta C = c \Delta Y$. (2)

substituindo (2) em (1): $\Delta Y = \Delta I + c \Delta Y$, ou $\Delta Y (1 - c) = \Delta I$

concluindo: $\Delta Y / \Delta I = 1 / (1 - c) = k$, $\Delta Y = k \Delta I$

A expressão algébrica do multiplicador, que representa o acréscimo da renda para cada acréscimo no gasto autônomo, neste caso o investimento, e depende da propensão marginal a consumir, que tende a ser constante para cada faixa de renda familiar. Quanto maior a propensão a consumir maior será o multiplicador, porque mais intenso será o efeito secundário da expansão dos gastos sobre a expansão da demanda agregada. Impostos, importações, acréscimos na propensão a poupar e outros tipos de retenções de renda, diminuem o valor do multiplicador porque reduzem a proporção da nova renda que é destinada ao consumo.

4. A DETERMINAÇÃO DA RENDA

A determinação da renda, segundo Keynes, se fundamenta nos princípios da demanda e do multiplicador, de modo que, numa economia operando abaixo do pleno emprego, a renda depende do montante dos gastos que compõem a demanda efetiva. Porém, dada a natureza da composição da demanda, onde o consumo é uma fração da renda corrente, caberá ao gasto total em bens de capital, através do efeito cumulativo do multiplicador, a responsabilidade pelas variações na demanda agregada e, indiretamente, na produção e no emprego. No equilíbrio macroeconômico: $Y \equiv C + I$; sendo $C = C_0 + c Y$, temos que: $Y = 1 / (1 - c) [C_0 + I]$ ou $Y = k (C_0 + I)$, sendo $k = 1 / (1 - c)$, o multiplicador.

O modelo original de determinação da renda com base no gasto agregado (*income-expenditure model*) contém uma nova teoria, contrária à lei de Say, que vincula o desemprego involuntário à insuficiência da demanda. Expandido, para introduzir o gasto público, o setor externo e as variáveis monetárias que, através da taxa de juros, afetam o investimento, o modelo explicita as alternativas de política monetária e fiscal capazes de reduzir o desemprego.

Keynes admite que a curva de oferta agregada esta sujeita a rendimentos decrescentes, cabendo à curva de demanda expectacional a determinação do nível de renda de equilíbrio que, eventualmente, poderia ser o de pleno emprego. O equilíbrio ocorre quando a poupança decorrente da renda gerada (ex-post), iguala o investimento já realizado (ex-ante), o oposto ao contido na lei de Say. É patente, neste modelo, a diferença conceitual entre os clássicos e Keynes sobre o papel da moeda, a taxa de juros e o mercado financeiro.

5. A TEORIA DA MOEDA E DOS JUROS

Contrariamente aos clássicos, a análise keynesiana supõe a existência de uma economia monetária, onde a moeda, além de intermediário de troca é, principalmente, um ativo de reserva de valor, fundamental na determinação do fluxo de produção, renda e emprego. O objetivo final da economia capitalista não é tanto produzir riqueza no sentido objetivo de produzir bens de uso, utilidades, quanto gerar lucros, que possam expandir o capital. Além de possibilitar as transações comerciais, a moeda é o instrumento para acumular riqueza sob a forma de ativos monetários ou financeiros, de maior ou menor liquidez, cujo preço e rentabilidade previstos para o futuro, terão a ver com a sua demanda e, portanto, com a determinação da taxa de juros. O objetivo fundamental de uma economia monetária foi sintetizado por Marx no esquema M-D-M', sendo $M > M'$.

Keynes nega a teoria clássica dos juros, pois considera que investimento e poupança não são independentes, mas claramente relacionados, dado que a poupança se origina da renda gerada pelo investimento anterior. Portanto, os fluxos de poupança e investimento não podem ser tratados como fenômenos independentes, como ocorre no modelo clássico, porque fazem parte do mesmo processo de geração e expansão de renda, como o prova a teoria do multiplicador.

Os clássicos estabelecem uma relação causal direta entre taxa de juros e poupança porque imaginam, a todo instante, uma situação de pleno emprego, que desta forma deixa de ser uma variável endógena para converter-se num parâmetro determinado (Trevithick, 1992, p.52). Abaixo do pleno emprego, porém, a poupança corrente dependerá diretamente da taxa de juros e do nível de renda. Como o investimento também depende da taxa de juros, teremos que, fora da condição de pleno emprego, o sistema com três incógnitas e duas equações é indeterminado.

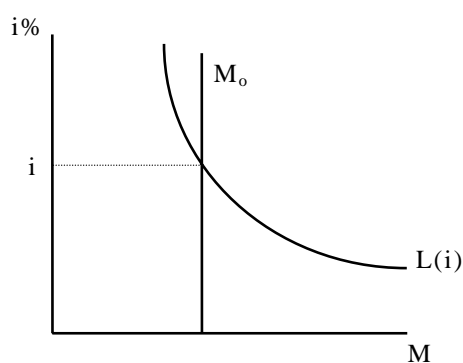
Keynes desenvolve sua teoria dos juros como parte integrante do princípio da demanda efetiva, em resposta à proposta pelos clássicos, concebida para explicar o equilíbrio macroeconômico. Radicalmente diferente da clássica, a nova teoria se apoia sobre dois pilares, a natureza da moeda como reserva de valor e a preferência pela liquidez, que em conjunto explicam a demanda especulativa por moeda, conceito revolucionário, essencial na concepção keynesiana de uma economia monetária. A taxa de juros não é o valor que ajusta os fluxos correntes de poupança e investimento garantindo a operacionalidade da lei de Say, nem tampouco, o prêmio pela abstinência do consumo, mas o custo de manter liquidez. A taxa de juros é um fenômeno estritamente monetário relacionado com o valor presente e futuro dos estoques de ativos financeiros de diferentes graus de liquidez. É fixada neste mercado de acordo com as funções de oferta e demanda.

A demanda por moeda, segundo Keynes, tem duas motivações fundamentais, uma mais óbvia, similar à visão de Cambridge sobre a Teoria Quantitativa da Moeda, destinada a atender as transações econômicas e denominada de demanda

transacional, cujo montante depende da renda. A segunda, mais complexa, decorre do papel da moeda como reserva de valor, tendo sua origem na atividade especulativa dos agentes que atuam no mercado financeiro, negociando com estoques de capital e não com seus fluxos. Keynes a denominou de demanda especulativa, porque a motivação para reter moeda ou títulos depende da previsão que cada agente faz sobre o comportamento futuro do mercado financeiro e sua predisposição individual para o risco.

Representando no eixo de abcissas o montante de riqueza que os agentes desejam reter sob a forma líquida, e no de ordenadas, a taxa de juros, temos que a trajetória decrescente da curva de demanda por moeda, dado o montante fixo da renda de curto prazo e sua demanda transacional correspondente, reflete o comportamento da curva da preferência pela liquidez, sendo que Keynes propõe duas explicações para seu formato. A primeira corresponde ao comportamento especulativo dos detentores de riqueza em relação ao preço futuro dos títulos negociados no mercado financeiro. Se a maioria dos agentes é da opinião que a taxa de juros é suficientemente alta, o que equivale a dizer que o preço dos títulos está consideravelmente baixo, e se imagina que não há boas razões para esperar altas ainda maiores, neste caso a retenção de liquidez será baixa. Se, ao contrário, a opinião mais freqüente é a de que o preço de mercado dos títulos é alto e, portanto, a taxa de juros relativamente baixa, pode-se imaginar que ela deverá subir, barateando o preço dos ativos financeiros. Neste caso o comportamento dos especuladores os levará a reter grande quantidade de moeda, esperando a elevação dos juros e o barateamento dos títulos. É claro que cada agente reagirá de acordo com suas próprias previsões e sua especial aversão ao risco, porém o comportamento médio resultará numa curva de demanda por moeda, para fins especulativos, negativamente inclinada. Numa das situações extremas podemos imaginar a curva praticamente horizontal, caso a taxa de juros tenha chegado a um patamar tão baixo, dada a experiência precedente, que a quase totalidade dos agentes teria optado pela liquidez à posse de ativos financeiros.

A segunda explicação da teoria da preferência pela liquidez é menos conhecida e foi proposta por Keynes em 1937. Parte da suposição de que, primeiramente, a liquidez é uma excelente garantia contra a incerteza e o risco a ela associado. Conseqüentemente, os detentores de liquidez, a medida que reduzem suas disponibilidades e aumentam seu risco, passarão a exigir uma taxa de juros cada vez maior, o que resulta, também, numa relação inversa entre a taxa de juros e a retenção de ativos líquidos.



A demanda global por moeda, M_d , que inclui a demanda para transações e a demanda para especulação, em conjunto com a oferta da mesma, M_s , fixada pela autoridade monetária, determinam taxa de juros de curto prazo, que por sua vez, afeta as decisões sobre o investimento que será realizado, independentemente do montante que seria necessário para atingir o pleno emprego. De onde se conclui que, a natureza monetária da economia e a função da moeda como reserva de valor, associados à natural incerteza sobre o valor futuro dos diversos ativos financeiros, impedem que a obtenção do equilíbrio de pleno emprego seja uma garantia do funcionamento do sistema econômico, como imaginavam os economistas clássicos. A taxa de juros é apenas uma decorrência do comportamento dos agentes frente à incerteza e, na maioria das vezes, é de se esperar que a “preferência pela liquidez” e a taxa de juros correspondente, sejam elevadas o suficiente como para inibir o investimento que seria necessário para garantir o pleno emprego.

O aumento da oferta de moeda, decorrente da administração da política monetária, contribui para a redução da taxa de juros, a não ser que ocorra uma mudança na preferência pela liquidez, o que poderia deslocar a curva da demanda por moeda para especulação, contrapondo-se ao efeito da política monetária. De todos modos, os bancos centrais dispõem de mecanismos como as operações de redesconto e mercado aberto, capazes de influenciar o grau de liquidez do sistema e o comportamento da taxa de juros.

No princípio da demanda efetiva, Keynes ressalta a volatilidade da preferência pela liquidez e da eficiência marginal do capital, influenciando a decisão de investimento pela estreita vinculação de ambas com as expectativas dos agentes sobre o futuro. Para efeito de modelagem simples, vamos imaginar que no curto prazo o investimento dependa apenas da taxa de juros, deixando de lado a eficiência marginal do capital, certamente um dos conceitos essenciais da análise keynesiana, tão decisivo quanto a propensão marginal a consumir e a preferência pela liquidez, aceitando, para este fim, as equações da revisão Hicks-Hansen.

6. O MERCADO DE TRABALHO

A concepção de Keynes sobre o mercado de trabalho se aproxima da clássica, porque mantém as relações básicas de comportamento dos agentes, trabalhadores e empregadores, mas difere na medida em que nega o mecanismo de ajuste automático entre oferta e procura por mão-de-obra através da flexibilidade do salário real. Embora os salários nominais sejam estabelecidos no mercado, e tendam a ser rígidos por força de acordos sindicais e restrições institucionais, seu valor real depende do comportamento dos preços, o que está fora do alcance dos trabalhadores e seus representantes. Os sindicatos podem influenciar o montante nominal dos salários, não seu valor real. O mesmo vale para as empresas, dado que os preços variam de acordo com a demanda e as funções de custo associadas a cada volume de produção. Mesmo admitindo o princípio da desutilidade marginal do trabalho e a

curva correspondente de oferta de mão-de-obra positivamente inclinada, a incapacidade dos trabalhadores desempregados influenciarem os salários nominais, impossibilita a obtenção do equilíbrio. Não há qualquer tendência ou predisposição para a obtenção do pleno emprego.

“it is the inability of workers and employers to influence the level of the real wages directly which makes keynesian unemployement involuntary.” (Trevithick. 1992, p.224)

Keynes admite o princípio da desutilidade marginal do trabalho, que estabelece uma relação de causalidade direta entre a quantidade de trabalho ofertada e o valor real dos salários, apenas nega que os trabalhadores possam ter uma noção clara e efetiva sobre os mesmos. Rejeita, portanto, a curva de oferta de trabalho neoclássica, mas permanece fiel ao princípio dos rendimentos decrescentes, ou da produtividade marginal do trabalho decrescente, que configura a curva tradicional de demanda por mão-de-obra.

Se o mercado de trabalho não é do tipo *“market clearing”*, o equilíbrio no pleno emprego não está garantido, porém pode ocorrer quando a quantidade de trabalho empregada corresponda à aquela que os trabalhadores desejam ofertar a cada montante do salário real. Esta é a definição de pleno emprego. De fato, a quantidade de trabalho empregada, que é a demandada pelas empresas em função da produção planejada, costuma ser inferior à quantidade de trabalho que os trabalhadores estão dispostos a ofertar ao salário vigente, em função da escassez da demanda por bens e serviços e, conseqüentemente, por mão-de-obra. Este é, por sua vez, o conceito de desemprego involuntário, conseqüência da insuficiência da demanda agregada e independente do custo do trabalho. Está clara a ruptura de Keynes com a teoria precedente no que diz respeito à determinação do emprego.

Como a interpretação clássica do desemprego está centrada na possibilidade do salário real vigente exceder seu valor de equilíbrio, devido a restrições externas ao

mercado de trabalho, a redução do mesmo mediante a diminuição do salário nominal, já que o nível de preços deve permanecer estável dado que depende da quantidade de moeda, deveria ser suficiente para eliminar o desemprego. O equívoco, segundo Keynes, está em considerar que o salário real acompanha a variação do salário nominal, de modo que fundamenta sua crítica à teoria clássica do emprego e, particularmente, à “Teoria do Desemprego” de 1933 do prof. Pigou, na independência entre salários nominais e reais.

A discordância de Keynes, em relação à visão dos clássicos sobre o mercado de trabalho, não está tanto na natureza e configuração do mesmo, como no mecanismo de ajuste entre oferta e demanda. Mesmo admitindo que trabalhadores e empresários fossem capazes de negociar a redução nominal dos salários com o intuito de igualar o valor real dos salários com a produtividade do trabalho, restaria ainda a fixação adequada do nível de preços, que eles não controlam e não é objeto de barganha. No modelo clássico o ajuste ao pleno emprego é tão simples porque supõe a neutralidade da moeda e preços constantes. Numa economia monetária, a indeterminação dos preços, ou a inexistência de uma boa teoria dos preços e da distribuição, não permite predizer o comportamento real dos salários. Isto é, se a barganha salarial é incapaz de determinar o valor do salário real, embora possa ser negociado seu valor nominal, o ajuste entre a oferta e demanda no mercado de trabalho se torna claramente impossível. Neste sentido, o desemprego é involuntário. (Trevithick, 1992 p.96)

No modelo keynesiano o salário real não é determinado na barganha entre empregados e empregadores. O mercado estabelece apenas o valor nominal do trabalho, que para efeito de análise do desemprego, o autor supõe estar pré-determinado por fatores institucionais. Como o salário real depende do comportamento dos preços, que os trabalhadores, obviamente, não controlam, não se pode afirmar que salário real e emprego sejam determinados livremente no mercado. Resumindo: o mercado fixa o salário nominal, cuja variação determina o comportamento dos preços; a demanda agregada define o volume de emprego,

enquanto que a produtividade a ele associada estabelece o salário real e a distribuição de renda.

Ao vincular os preços ao salário nominal e admitir a possibilidade do pleno emprego mediante a execução de políticas de expansão da demanda, parecem estar criadas as condições ideais para o surgimento da espiral preços-salários, o que representa uma contradição entre o objetivo das políticas de demanda e a estabilidade necessária para a obtenção do pleno emprego. Apesar de Keynes supor que a política de expansão teria pouco efeito sobre a barganha salarial, esta inconsistência foi amplamente explorada pela corrente monetarista e denota a falta de uma boa teoria dos preços. Podemos dizer que Keynes tem uma boa explicação para o desemprego, mas não um modelo macroeconômico geral.

7. O MODELO FORMAL

A determinação do nível de atividade (Y) é a preocupação básica deste modelo e depende, a cada período, do montante dos gastos que se espera sejam realizados. Por sua vez, a oferta agregada representa o valor da produção, supostamente a preços constantes, sendo o nível de emprego a ela associado, a variável dependente até o limite do pleno emprego. Portanto, o volume de produção e emprego que serão ofertados *ex ante* pelos empresários, depende da demanda agregada prevista (efetiva). A função de oferta de curto prazo, adotando uma visão simplificada da realidade com custo marginal constante, pois o salário nominal não varia quando o emprego aumenta, costuma ser representada, para efeito didático, pela bissetriz do ângulo formado pelo total dos gastos esperados, no eixo vertical, e o produto real, no eixo horizontal.

Keynes não explicitou sua teoria num modelo formal pronto e acabado, pois não acreditava que fosse possível reduzir os fenômenos econômicos a um conjunto de equações simultâneas com soluções únicas e perfeitamente definidas. Neste sentido

não existe, por exemplo, uma relação formal entre nível de preços e quantidade de moeda, que supõe predeterminada por decisão da autoridade monetária. A rigor, parece faltar uma teoria dos preços (Trevithick.p.90) assim como da distribuição funcional da renda. Sua preocupação primordial consistiu na análise dos fatores responsáveis pela determinação da renda e do emprego, supondo salários nominais e preços constantes no curto prazo.

O modelo keynesiano contém cinco variáveis independentes: a propensão marginal a consumir; a eficiência marginal do capital; a preferência pela liquidez; a oferta de moeda e o salário nominal. As três primeiras têm caráter comportamental, a quarta é de responsabilidade da autoridade monetária e, finalmente, a taxa nominal de salários é estabelecida no mercado de trabalho. As variáveis dependentes ou endógenas são renda e o emprego. O modelo considera constantes: a quantidade e qualidade da mão-de-obra; a tecnologia e o estoque de capital; as preferências dos consumidores; o grau de concorrência; a distribuição da renda e a estrutura organizacional da sociedade. (Prebisch,1988, p.123)

Qualquer exercício de formalização supõe, com certeza, violentar a concepção original, porém, num concessão à didática, vamos supor que o investimento dependa exclusivamente da taxa de juros, e o conjunto de equações a seguir (Asimakopulos,1991,p.102) determine as possíveis alternativas de equilíbrio nos setores real e monetário, consistentes com a provável existência de desemprego involuntário, pois não há como garantir que a taxa de juros seja a adequada à obtenção do pleno emprego.

$$\begin{array}{ll} Y = C + I, & \text{Equilíbrio no setor real} \\ C = c(Y), & \text{Consumo} \\ I = i(i), & \text{Investimento} \\ L = l(i), & \text{Demanda por Moeda (preferência pela liquidez)} \\ M = L, & \text{Equilíbrio monetário (identidade)} \\ W/p = f(Nd), & \text{Demanda de trabalho (salário real)} \end{array}$$

$N_s = n(W/p)$, Oferta de trabalho
 $N_d < \text{ou} = N_s$, Mercado de trabalho
 $N_d = g(Y)$, Função de Emprego

N_s ; N_d ; Y ; W/p ; C ; I ; i e L são as incógnitas. A oferta de moeda, M , e o salário nominal, W , as variáveis exógenas.

Quanto á dinâmica, podemos supor que no curtíssimo prazo a eficiência marginal do capital esteja estabelecida, da mesma forma que a preferencia pela liquidez, de modo que a quantidade de moeda, sob controle da autoridade monetária, e as condições do mercado financeiro possam fixar a taxa de juros e, a seguir, os empresários, o montante de investimento até que a EMK se aproxime do custo do dinheiro. Neste modelo simplificado, consumo e investimento determinam a renda, o emprego e o salário real correspondente, sem garantia de pleno emprego. Resulta claro que a melhor alternativa para a expansão da atividade e do emprego é o estímulo ao investimento mediante a redução dos juros. Keynes subordina o mercado de trabalho, com emprego e salário real, ao desempenho do setor real e monetário, propondo a política monetária ativa como instrumento eficiente de ação.

A teoria de Keynes reflete a complexidade e instabilidade do mundo real. Tanto a eficiência do capital, medida pela sua rentabilidade esperada, como a taxa de juros, influenciada pela preferencia pela liquidez, dependem de apreciações subjetivas dos agentes e são, por essência, instáveis e de comportamento difícil de prever, o que justifica a intervenção do Estado com o intuito de amenizar as flutuações e os efeitos do ciclo econômico.

O modelo está especificado em termos reais com W/p , a “unidade de salário”, como unidade de medida, o que permite contornar a indeterminação dos preços, que não é essencial para seu propósito principal, a saber, a compreensão e superação do desemprego involuntário.

8. A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO

Keynes não aborda diretamente a teoria da distribuição, apesar de considerá-la um dos grandes defeitos do sistema. No capítulo 14 da Teoria Geral afirma:

“Os dois principais defeitos do mundo econômico em que vivemos são a sua incapacidade para garantir o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e dos rendimentos.” (p.351)

Considera que o salário nominal tem seu valor prefixado no mercado, enquanto que seu valor real corresponderá à produtividade do trabalho no nível emprego condicionado pela demanda efetiva. Já a margem de lucro, de carácter residual, será a diferença entre a produtividade média e marginal. Keynes permanece fiel à tradição marginalista ao subordinar a teoria dos salários e da distribuição à teoria do emprego. Nas suas palavras:

“A cada volume de N (emprego) corresponde uma certa produtividade marginal da mão-de-obra nas indústrias de bens de consumo operário, a qual determina o salário real” (Teoria Geral).

Esta rigidez na fixação do valor real dos salários o leva a posicionar-se contra a ação dos sindicatos, cujo resultado, conclui, será apenas o de redistribuir a massa salarial entre os diversos grupos de trabalhadores, de acordo com o poder de barganha de cada um deles, sem afetar a parcela salarial. É de se esperar, contudo, que no longo prazo, os ganhos de produtividade sejam incorporados aos salários, elevando a remuneração real do trabalho, sem afetar a distribuição funcional da renda.

Apesar dos resquícios neoclássicos em torno da distribuição, Keynes considera que no curto prazo os preços são relativamente rígidos. Ao mesmo tempo, a relação entre crescimento econômico, preços e distribuição funcional da renda, não segue

fielmente o figurino ortodoxo, segundo o qual, quando a produção aumenta os preços sobem, ou seu equivalente, o salário real diminui. De sua parte, supõe que como o salário nominal acompanha a elevação geral de preços, seu valor real permanece relativamente rígido, de modo que, abaixo do pleno emprego, os custos de produção são estáveis ou ligeiramente crescentes. A teoria dos salários e da distribuição, embora neoclássica no essencial, parece ter uma fundamentação mais empírica do que teórica.

Keynes se preocupou com o impacto da distribuição de renda sobre a propensão a consumir e seu efeito sobre o multiplicador e, indiretamente, sobre o emprego. Embora reconhecendo as razões que poderiam justificar uma substancial disparidade na distribuição, lhe parece que a concentração de renda e riqueza da época era excessiva, a ponto de induzir uma propensão marginal a consumir muito baixa, inibindo a demanda. Sendo assim propõe uma política fiscal redistributiva de transferência de renda para os mis pobres, pois o mecanismo de controle da taxa de juros é insuficiente para a obtenção do pleno emprego.

9. CONCLUSÕES

Keynes necessitava de um novo referencial teórico para explicar e superar a crise, mais especificamente, o desemprego, e destruir velhos mitos como: a relação entre salário e emprego; entre poupança e investimento; poupança e taxa de juros; a supremacia absoluta da livre iniciativa que descarta liminarmente qualquer intervenção do poder público.

Keynes reconhece que teoria ortodoxa era inadequada para entender e superar crise do sistema, pois estava firmemente ancorada em dois princípios totalmente equivocados. O primeiro vinculava o investimento à existência de poupança precedente, afirmando que a concentração de renda estimularia a poupança e, como resultado, o crescimento econômico, e o segundo, estabelecia uma relação direta

entre a poupança e a taxa de juros. Esta era a boa doutrina da economia clássica, responsável, na sua opinião, pelo desemprego.

Nem o investimento depende da poupança, no sentido de que esta não o precede, nem a poupança tem a ver com a taxa de juros. Ao contrário, a poupança depende da renda e esta do investimento, via o multiplicador, que é maior quando a renda está mais homoganeamente distribuída, porque, neste caso, a propensão a poupar é mais elevada. Desvincular o investimento da poupança significava reconhecer a artificialidade do pressuposto de escassez do capital e a inutilidade do rentista da economia clássica. O fator limitante da expansão econômica antes de atingir o pleno emprego não é a falta de recursos financeiros, mas a exiguidade do gasto, concretamente do investimento, sobretudo, quando a taxa de juros é elevada.

Keynes tem, na Teoria Geral, o claro propósito de reformular a análise teórica para justificar a ação da política econômica. Assim, para estimular a demanda na direção do pleno emprego, a taxa de juros deveria ser tão baixa quanto fosse o necessário para gerar o investimento capaz de atingi-lo, função a cargo da autoridade monetária.

“Portanto, a política mais vantajosa consiste em fazer baixar a taxa de juros até o nível em que, em relação à curva de eficiência marginal do capital, se realize o pleno emprego.” (p.353)

A poupança, com caracter de excedente, depende do investimento que gera renda, que, por sua vez, aumenta quando a taxa de juros é baixa. Portanto, a relação entre poupança e taxa de juros é o oposto do que a economia ortodoxa imaginava. Keynes se referiu ao “paradoxo da poupança” como a situação, até comum, de excesso de recursos financeiros sem aplicação produtiva na forma de investimento como causa evidente do desemprego.

O pleno emprego não é o resultado natural da ação das forças de mercado, ao contrário, o equilíbrio macroeconômico é consistente com níveis variáveis de desemprego involuntário, sendo o pleno emprego apenas uma possibilidade bastante improvável, devido à extrema dificuldade em ajustar a taxa de juros ao volume de investimento condicente com tal equilíbrio. Na prática, o poder de influencia da política monetária é limitado e insuficiente para garantir o pleno emprego, especialmente quando a preferência pela liquidez é alta. Sem uma teoria dinâmica do investimento, o modelo keynesiano é estático e incapaz de explicar a forma de conseguir e manter a atividade de plena capacidade.

O setor financeiro se subordina ao setor real, já que sua incumbência é prover a liquidez necessária para estimular a expansão da demanda até atingir o pleno emprego. A poupança, como vimos, não limita o investimento, que por sua vez depende da liquidez (crédito) que o setor financeiro deve prover. Ao mesmo tempo, os novos investimentos aumentam a renda e a capacidade potencial da economia, o que exigira gastos em bens de capital adicionais ainda maiores para gerar a demanda de plena capacidade. O equilíbrio de pleno emprego é uma realidade dinâmica que requer investimento absoluto e relativo crescente, dada a propensão marginal a poupar também crescente, quando a renda aumenta.

Como os gastos em investimento são muito instáveis, dada a volatilidade da rentabilidade esperada do capital, caberá ao Poder Público administrar de forma anticíclica a demanda, através da política fiscal e monetária, de forma a garantir um elevado nível de ocupação. De fato, os gastos na ampliação e melhoria dos serviços de utilidade pública, previdência e seguridade social, tem sido fortemente influenciados por fatores políticos, e no pós-guerra a pressão social, freqüentemente canalizada através dos partidos políticos que representam os trabalhadores, tem aumentado a participação do setor público na composição da demanda, contribuindo claramente para a elevação do emprego. É por esta razão, que as políticas keynesianas de expansão da demanda, tem sido associadas com os governos de

inspiração socialista, trabalhista ou social-democrata, em oposição às políticas liberais, comumente adotadas pelos conservadores.

A concepção de Keynes sobre o mercado de trabalho permanece essencialmente neoclássica. Admite as curvas de oferta e demanda de trabalho tradicionais e os princípios que as originam, apenas nega a funcionalidade que os clássicos lhe atribuíam em relação à determinação do equilíbrio de pleno emprego, dada a impossibilidade dos trabalhadores conhecerem o comportamento real dos salários. A novidade está na inversão da relação de dependência na função de produção. Para os clássicos, o nível de emprego, determinado no mercado de trabalho, definia o volume da produção possível, para Keynes, é este último que determina o primeiro. Portanto, se o desemprego se origina no setor real da economia, na insuficiência da demanda agregada e na procura menor por mão-de-obra, não será a redução da taxa de salário, como propunha o prof. Pigou, o remédio adequado.

Falta na economia keynesiana fundamentação microeconômica. Falta a visão da empresa, a racionalidade otimizadora na tomada de decisões, a forma de geração de poupança interna e a possibilidade de alavancar o investimento. Da a impressão que a poupança é toda familiar e canalizada para as empresas através do mercado financeiro. A ausência de uma teoria da firma, dos preços e dos lucros deixa o modelo sem explicação da acumulação, do crescimento e do comportamento do ciclo econômico, sem instrumentos para a análise dinâmica. É provável que o autor não tenha conseguido romper a tempo e de forma definitiva com o paradigma anterior que desejava substituir. Na indefinição da teoria dos preços a oferta parece ser infinitamente elástica, ajustando-se à demanda a preços constantes até atingir o pleno emprego. É no vácuo da teoria dos preços que frutificará a proposta do *trade-off* entre inflação e desemprego contida na curva de Phillips.

Keynes transformou a análise econômica através de conceitos novos e do uso que sua experiência e intuição fez dos já existentes. Reconhece que não existem mercados futuros perfeitamente previsíveis nem equilíbrio garantido por qualquer

mecanismo automático. Ao contrário, a informação sobre as condições dos mercados de bens, moeda e ativos financeiros são imperfeitas e tem custos crescentes. Existe incerteza porque o risco não pode ser calculado, o que obriga os agentes econômicos a fazer previsões apoiadas em leis psicológicas não racionais, como as que definem: a propensão marginal a consumir; a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez. Dada a subjetividade das previsões dos agentes, indivíduos e empresas, só por acaso a demanda por investimento seria a adequada para garantir um elevado nível de ocupação. A alternativa é a regulamentação do Estado através da política monetária e fiscal. O reconhecimento de que a formulação das expectativas em relação ao futuro leva a decisões incoerentes com o pleno emprego é um notável avanço em relação ao paradigma anterior, porém ainda não é uma visão muito acurada de como a economia capitalista funciona.

Keynes destacou o papel da moeda e o conceito de uma economia monetária, junto com a importância do fator tempo sobre as decisões dos agentes; a funcionalidade do crédito e do sistema bancário, que da origem à independência do investimento; o comportamento da taxa de juros, como elo entre o valor presente e o valor futuro dos diversos tipos de ativos financeiros; o predomínio da demanda sobre a oferta e, finalmente, o papel regulador do Estado. Keynes estava preocupado com a operacionalidade do sistema econômico que desejava reformar. Sua *Teoria Geral* pretendia ser uma alternativa ao paradigma neoclássico.

IV. A ECONOMIA DE MICHAL KALECKI

O trabalho teórico de M. Kalecki, a maior parte dele contemporâneo do de Keynes e tratando sobre temas bastante próximos, é substancialmente diferente e, nos aspectos comuns, superior, apesar de não ter sido incorporado ao *mainstream* e permanecer ainda ausente da maioria dos textos didáticos usados na formação dos economistas. Kalecki conseguiu elaborar de modo muito mais preciso alguns dos temas fundamentais de Keynes, como por exemplo, a teoria do investimento, que no

seu caso faz parte da teoria do ciclo econômico, e ao mesmo tempo abordou com muita propriedade outros que mereceram pouca atenção de Keynes, como a teoria do valor e da distribuição.

São muitas e marcantes as diferenças de personalidade, formação e até ideológicas entre ambos os autores. Enquanto Keynes foi educado na economia ortodoxa sob a influência de Marshall no final da época vitoriana, Kalecki tem sua origem intelectual na tradição marxista. O primeiro é um liberal confesso e o segundo um socialista. Suas visões de mundo e suas preocupações intelectuais, no que diz respeito ao objeto da ciência econômica são diferentes. Enquanto em Keynes parece claro o objetivo de reformar o sistema capitalista, purgando-o de seus males, Kalecki tem uma visão crítica de sua natureza e operação, de modo que a causa dos problemas está no próprio sistema e não no seu funcionamento. Este posicionamento radicalmente oposto entre ambos os autores fica claro ao tratar, por exemplo, do desemprego, da natureza dos mercados, do papel dos sindicatos, do consumo e da poupança.

Keynes via o desemprego como o grande problema a ser resolvido, porém Kalecki considerava que no contexto institucional vigente não haveria alternativa. Para Keynes a ação dos sindicatos de trabalhadores era inócua, pois poderia apenas deslocar renda do trabalho de um grupo menos organizado para outro mais coeso, sem alterar a distribuição funcional da mesma, já Kalecki considerava a ação sindical de grande importância na configuração do que ele chamava de fatores de distribuição. Uma das grandes inovações de Keynes é o conceito de propensão marginal a consumir, de natureza psicológica e fraca fundamentação, porém muito útil para seu modelo ao estabelecer a relação entre consumo e renda. Por sua vez, Kalecki baseia o consumo na estrutura de classes sociais e na apropriação de renda correspondente. A suposição de que os trabalhadores não poupam reflete, não uma predisposição psicológica mas uma limitação de classe. Uma diferença radical aparece na opinião que cada um deles tem acerca da natureza dos mercados, enquanto Keynes permaneceu fiel à tradição ortodoxa e adotou a concorrência

perfeita, Kalecki a negou peremptoriamente. Contudo, coincidem na importância macroeconômica que atribuem ao investimento e no ajuste da poupança, *a posteriori*, ao mesmo, acabando com o mito da economia clássica de que toda a renda poupada seria necessariamente investida garantindo o equilíbrio de pleno emprego.

Segundo Feiwel (1987,p.82) a Teoria Geral se divide em duas partes, a primeira tratando da determinação do equilíbrio macroeconômico no curto prazo, dada a capacidade instalada e o volume de investimento, e a segunda, acerca dos determinantes do investimento. Na primeira Keynes é bem sucedido pois através da demanda efetiva e do multiplicador estabelece as condições do equilíbrio estático e a forma de conseguir o pleno emprego. Quanto ao investimento, ele é determinado pela eficiência marginal do capital comparativamente à taxa de juros, que por sua vez está condicionada pela preferência pela liquidez. Este instrumental, original é eficiente na explicação do equilíbrio de curto prazo tem uma grande limitação, não é próprio para análise dinâmica.

Keynes segue a tradição ortodoxa do valor determinado em condições de concorrência perfeita pela produtividade dos fatores, segundo a curva de oferta padrão de rendimentos decrescentes e fatores homogêneos e substituíveis. Não consegue estabelecer uma teoria dos preços que supere as inconsistências do modelo walrasiano, contornando a dificuldade ao estabelecer como unidade de medida das variáveis macroeconômicas a unidade real de salário, de modo que seu modelo estabelece apenas os preços relativos. Para ele o nível de preços depende dos salários nominais, uma variável exógena fruto de acordos entre patrões e empregados.

A análise Keynesiana tem sido criticada por: ser estática e abordar apenas o curto prazo; pela falta de sustentação microeconômica; por fazer referência, apenas, a uma economia fechada e por não dispor de uma teoria original dos preços e da distribuição. Foi útil para entender e combater as crises, como era o propósito de seu

autor, ao ponto de ter reinado absoluta, porém distorcida, por quase cinco décadas, mas insuficiente para explicar o ciclo econômico, a determinação dos preços e a distribuição da renda, sendo que este último ponto é, na tradição ricardiana, o objetivo primordial da economia.

Boa parte da teoria de Kalecki foi desenvolvida ao mesmo tempo e de forma independente da de Keynes e em vários pontos relevantes, que abordaremos a seguir, se mostra mais elaborada e eficiente. A economia de Kalecki: é dinâmica, apropriada para entender as flutuações da economia; é mais realista, pois parte da condição de concorrência imperfeita dos mercados; tem enfoque microeconômico, pois leva em conta o comportamento da empresa na fundamentação macroeconômica, enquanto Keynes oferece apenas uma visão macro da economia; é aberta, pois incorpora o efeito das transações correntes com outras economias sobre a produção; e dispõe de uma clara teoria do valor e da distribuição. De uma forma mais ampla, tanto Kalecki como Sraffa e Joan Robinson, economistas teóricos de Cambridge contemporâneos de Keynes, poderiam ser considerados os responsáveis por uma outra revolução teórica baseada na concorrência imperfeita, que não obstante, não teve o devido reconhecimento acadêmico.

Keynes e Kalecki desenvolveram o mesmo princípio da demanda efetiva, reconhecendo a supremacia dos gastos em bens de capital como o principal responsável pelas variações da produção, porém por caminhos diferentes. Keynes a partir do conceito do multiplicador e Kalecki desde a perspectiva da distribuição.

1. A TEORIA DO INVESTIMENTO

Temos afirmado que o modelo keynesiano é estático porque lhe falta uma teoria que explique a acumulação de capital e, a partir dela, o ciclo econômico. Nele as variações do investimento, ampliadas pelo multiplicador, explicam as variações da renda. Os empresários formam suas expectativas sobre o futuro incerto da economia

a partir de fatores subjetivos e de acordo com leis psicológicas de comportamento, de tal forma que a eficiência marginal do capital e a preferência pela liquidez, apenas por acaso seriam as adequadas para gerar a demanda compatível com o pleno emprego, e uma vez atingido não existe uma racionalidade que possa explicar a dinâmica do equilíbrio, a não ser a subjetividade das expectativas que fundamentam as decisões de curto prazo. A este respeito:

“Es difícil aceptar como satisfatória la solución de Keynes al problema de la inversión. El motivo de esta falla de éxito reside en el enfoque esencialmente estático del problema, que por su misma naturaleza es dinámico. Keynes aceptó el estado de las expectativas sobre los rendimientos como un dato, y de aquí dedujo un cierto nivel dado de la inversión, descuidando la influencia que, a su vez, las inversiones tendrán sobre las expectativas.” (Feiwel, 1987, p.86)

Keynes considera que a decisão de investimento se fundamenta na comparação entre a eficiência marginal do capital (EMC) e a taxa e juros que o financia. Como supõe que a demanda crescente por bens de capital encarecera os preços de oferta, sua curva de oferta será crescente e a EMC decrescente, para a carteira de projetos disponíveis a cada instante. Porém, se os preços dos bens de capital não forem crescentes, como é o caso segundo Kalecki, a demanda de investimento, nos termos de Keynes, permanece indeterminada para qualquer taxa de juros. De outro lado, como o conceito de EMC é algo próximo do que os clássicos entendiam por rentabilidade do capital, a grande inovação de Keynes consiste no papel atribuído à taxa de juros e ao efeito multiplicador. Isto é, os conceitos de preferência pela liquidez e a “lei psicológica fundamental” seriam as peças centrais da análise do equilíbrio de curto prazo.

Por sua vez, Kalecki considera que a EMC e a preferência pela liquidez, que respectivamente respondem pela rentabilidade dos novos investimentos e pela taxa de juros no mercado de ativos, são variáveis fracas, pois a primeira só é calculável na condição de pleno emprego, o que não corresponde à condição normal de

operação das empresas, nem mesmo nas economias avançadas, enquanto que a taxa de juros de longo prazo, a relevante neste caso, tende a permanecer estável, deixando de ser uma das variáveis da função. Kalecki também atribui aos gastos em bens de capital a responsabilidade maior pelo comportamento e variação da renda, porém, fundamenta a determinação do mesmo em fatores bem diferentes. Reconhece que a taxa de juros tem, certamente, sua importância, porém é uma variável fraca, no sentido de não decisiva. O fator que limita as decisões de investimento da empresa, dada a oportunidade de negócios rentáveis, é a dimensão do “capital empresarial” ou capital próprio da empresa, pois é ele que determina seu acesso ao mercado de capitais e estabelece o grau de risco do empreendimento, de acordo com o princípio do risco crescente à medida que o grau de endividamento aumenta. De forma bem clara, a disponibilidade de recursos próprios ou de terceiros, com custo de aquisição conhecido, estabelece o limite do investimento.

Vista desde a perspectiva de Kalecki a teoria do investimento de Keynes tem seu grau de inconsistência, pois se a taxa de juros é um fenômeno estritamente monetário e sujeito à instabilidade e subjetividade da preferência pela liquidez, como pode ter um peso tão decisivo na decisão de investimento cuja natureza é, necessariamente, de longo prazo? A justificativa lógica desta argumentação tem sido admitir a grande instabilidade do investimento e seus efeitos no curto prazo, que Kalecki se propõe racionalizar através da teoria do ciclo econômico. Primeiramente considera que a taxa de juros relevante é a de longo prazo, que é formada pela de curto prazo mais um adicional de risco e, em segundo lugar, tem comportamento anticíclico porque nas fases de expansão, embora o acréscimo por liquidez eleve a taxa de curto prazo, ao mesmo tempo o risco dos empréstimos é menor, de modo que a trajetória final dos juros no longo prazo tende a ser mais estável do que no curto prazo, o que reduz seu poder explicativo na equação do investimento.

Keynes considera que as decisões de investimento são tomadas no curto prazo, dada uma estrutura de capital e tecnologia constantes, a partir do valor da taxa de juros,

do preço de oferta dos bens de capital e da rentabilidade prevista do novo investimento. Por sua vez, Kalecki oferece uma teoria dinâmica do investimento e do ciclo econômico com fundamentação microeconômica inteiramente nova. Com o intuito de simplificar a análise supõe uma economia fechada e sem governo. Os trabalhadores não poupam ou, mais concretamente, sua poupança não é significativa para o financiamento do investimento. Supõe, também, que as empresas operam com capacidade ociosa, como parte de sua estratégia de preços. Sendo assim, o processo de acumulação envolve três etapas, cuja defasagem temporal é importante na compreensão do ciclo econômico: a decisão de investir e a conseqüente encomenda de bens de capital; a produção dos mesmos e, finalmente, sua incorporação ao estoque de capital. Cabe destacar que nesta teoria há claramente um efeito dinâmico entre a demanda por bens de capital, seu impacto sobre a renda através do multiplicador e, especialmente, sobre as expectativas de lucros do período seguinte, o que não aparece na formulação estática de Keynes, para quem os rendimentos líquidos dos novos bens de capital independem do efeito que o investimento já realizado exerce sobre o desempenho geral da economia e a formação das expectativas correspondentes.

Na formulação básica os determinantes do investimento são: a poupança das famílias e a acumulada nas empresas, sob a forma de lucros não distribuídos; a variação da taxa de lucro; o estoque de capital existente e um parâmetro que representa a mudança da tecnologia no longo prazo. Supondo que as decisões de investimento se concretizem no período seguinte, $t + v$, o Investimento do período seria determinado por:

$$D_t = I_{t+v} = a S_t + b \frac{\Delta P_t}{\Delta t} - c \frac{\Delta K}{\Delta t} + d$$

A primeira variável, a poupança interna das empresas e de seus proprietários como classe social, que estabelece a capacidade para tomar empréstimos no mercado financeiro sem incorrer no “risco crescente” do endividamento progressivo,

representa a capacidade de alocar recursos próprios e de terceiros. A segunda, o acréscimo da taxa de lucro, também favorece o investimento, porque permite incorporar projetos cujo retorno supera o custo do financiamento. Já o estoque de capital, a terceira, afeta negativamente o investimento. Como o capital novo tem produtividade e lucratividade superior à média do estoque de capital existente, quando o capital aumenta a taxa média de lucro deverá ser inferior à do capital novo, o que faz com que a decisão de investir seja influenciada negativamente pelo estoque de capital existente. Finalmente, d é um parâmetro que representa a mudança tecnológica de longo prazo. O coeficiente “ a ” representa a proporção da poupança interna que se destina ao investimento mais a alavancagem financeira das empresas. Kalecki supõe que seja um valor, maior ou menor, mas muito próximo de um. O coeficiente “ c ” mede o impacto negativo sobre o investimento decorrente da acumulação de capital, que o autor supõe seja um valor bastante reduzido.

Kalecki substitui a taxa de variação do estoque de capital, $\frac{\Delta k}{\Delta t}$ pelo investimento líquido, $I_t - \delta$, sendo δ uma constante que representa a depreciação do período. De modo que:

$$I_{t+v} = aS_t + b \frac{\Delta P_t}{\Delta t} - c(I_t - \delta) + d; \quad \text{Passando } cI_t \text{ para o outro lado da equação e}$$

dividindo por $(1 + c)$ temos que $\frac{I_{t+v} + cI_t}{1 + c} = I_{t+\theta}$; é uma média ponderada de I_{t+v}

e I_t , sendo θ um hiato temporal menor do que v . De modo que:

$$I_{t+\theta} = \frac{a}{1+c} S_t + \frac{b}{1+c} \frac{\Delta P}{\Delta t} + \frac{c\delta + d}{1+c};$$

Introduzindo o investimento em estoques como função da variação do produto, Q , Kalecki chega á equação final do investimento total que, para simplificar, supõe ocorrer no mesmo hiato de tempo, de modo que $E_{t+\theta} = e \frac{\Delta Q_t}{\Delta_t}$; assim:

$$I_{t+\theta} = \frac{a}{1+c} S_t + b' \frac{\Delta P_t}{\Delta t} + e \frac{\Delta Q_t}{\Delta t} + d'; \quad \text{sendo: } b' = \frac{b}{1+c}; \text{ e } d' = \frac{c\delta + d}{1+c}$$

A equação acima mostra de forma clara e simples que as variáveis que determinam o gasto em bens de capital no intervalo considerado são: a acumulação previa de poupanças; a variação esperada da taxa de lucro e da produção; a depreciação e as mudanças na tecnologia, estas duas contidas no coeficiente d' . O efeito contrário do estoque de capital está representado pelo coeficiente “ c ” no denominador.

Dado o valor de a e c , o coeficiente $\frac{a}{1+c}$ deverá ser positivo e inferior á unidade, desempenhando papel decisivo no comportamento do ciclo econômico.

Concluindo: a decisão de investimento e sua implementação dependerá da capacidade de cada empresa em alocar recursos próprios e de terceiros. O investimento agregado segundo Kalecki, em oposição à visão de Keynes, tem uma clara fundamentação microeconômica na estrutura e custo do passivo das empresas.

2. O CICLO ECONÔMICO

Antes de abordar a trajetória da economia no longo prazo, Kalecki procura explicar as flutuações de curto prazo do investimento como o resultado de duas forças opostas, a expectativa de lucros ou rentabilidade do capital, e seu estoque. Antonio G. Jobim resume o cerne da teoria do ciclo:

“A base desta teoria é a proposição de que as decisões de investimento são uma função crescente dos lucros e decrescente do estoque de capital. É a interação destas duas forças opostas que cria o movimento cíclico. Mais cedo ou mais tarde uma delas irá predominar. Desta forma o sistema gera quatro fases do ciclo: recuperação, expansão, recessão e depressão.” (Jobim.1984. p.97 e 98)

Mantendo as mesmas restrições anteriores a título de simplificação do modelo, as relações explicitadas por Kalecki na Teoria da Dinâmica Econômica que caracterizam o ciclo econômico são:

$I_t \equiv S_t$; condição de equilíbrio. Indica que o investimento gera sua própria poupança em t .

$Cc_t = q P_{t-\lambda} + A$; equação do consumo da classe capitalista.

$P_t = \frac{I_{t-w} + A}{1-q}$; equação do lucros após os impostos.

$Q_t = \frac{P_t + B}{1-\alpha}$; relação entre produto e lucros, sendo: α a parcela salarial, B a

parte fixa dos salários reais.

Note-se a taxa de variação dos lucros e do produto dependem da taxa de variação do investimento. Para entender o comportamento do ciclo econômico, deixando de lado por enquanto a tendência de longo prazo, o autor supõe que os parâmetros A , B e a depreciação permaneçam constantes. Assim, diferenciando as equações dos lucros e do produto em relação ao tempo e substituindo na equação do investimento, Kalecki chega á equação do ciclo econômico:

$$I_{t+\theta} = \frac{a}{1+c} I_t + \frac{1}{1-q} \left(b' + \frac{e}{1-\alpha} \right) \frac{\Delta I_{t-w}}{\Delta t} + d'$$

Nesta formulação, o investimento no período $t+\theta$ é determinado pelo investimento do período corrente t e sua taxa de variação no tempo $t-w$. O termo aI_t reflete a influencia da poupança na decisão de investimento. Os coeficientes: $\frac{1}{1+c}$, menor do que um, o efeito contrário do estoque de capital;

$\frac{b'}{1-q}$, a importância da variação da taxa de lucro e, finalmente, $\frac{e}{(1-q)(1-\alpha)}$, a

importância da taxa de variação do produto. O termo d' é considerado constante.

O sistema se manterá “estático”, isto é, isento da tendência de longo prazo, desde que $I = \delta$, tal que $\Delta I_{t-w} = 0$, e a equação do ciclo acima passa a ser:

$$\delta = \frac{a}{1+c} \delta + d'.$$

Como o coeficiente de δ é menor do que um, a condição de equilíbrio estático dependerá de d' poder suprir a diferença entre δ e I .

Subtraindo esta equação da do ciclo e representando por i o desvio do investimento em relação á depreciação, o autor chega á formulação básica para análise do ciclo econômico no longo prazo.

$$i_{t+\theta} = \frac{a}{1+c} i_t + \mu \frac{\Delta i_{t-w}}{\Delta t}; \text{ sendo } \mu = \frac{1}{1-q} \left(b' + \frac{e}{1-\alpha} \right)$$

Imaginemos que num dado momento, A, do ciclo $I = \delta$ e $i_t = 0$, qual será o valor de $i_{t+\theta}$ e a trajetória do investimento? Se este instante estiver na fase ascendente do ciclo, significa que $\frac{\Delta i_{t-w}}{\Delta_t} > 0$, embora em termos absolutos o investimento seja inferior á depreciação. Como $i_t = 0$, o primeiro elemento da direita da equação é nulo, mas o segundo termo é positivo, de modo que $i_{t+\theta} > 0$. Portanto, o investimento vem crescendo, no ponto A ultrapassa a depreciação, e a partir daí $i_t > 0$ e $I > \delta$. O ciclo está agora na fase superior da curva ascendente. Porém, dada a natureza do coeficiente $\frac{a}{1+c} < 1$, i_t tende a perder impulso até $\frac{\Delta i_{t-w}}{\Delta_t} = 0$, quando $i_t = i_{top}$, o ponto culminante do ciclo. A partir deste ponto a tendência se inverte, pois $\mu \frac{\Delta i_{t-w}}{\Delta_t} < 0$, de modo que $i_{t+\theta} < i_t$. O investimento se reduz até atingir o valor da depreciação, quando novamente $i_t = 0$, só que agora no sentido decrescente do ciclo. Continua decrescendo a um ritmo menor até atingir um ponto mínimo onde a tendência se inverte devido à redução do estoque de capital e á abundância relativa de poupança frente ás oportunidades de investimento.

Kalecki demonstra que a flutuação cíclica do investimento em torno do nível da depreciação é a tendência inerente da equação acima, devido ao comportamento dos parâmetros, embora não tenha chegado à prova matemática do comportamento da mesma (Sawyer, 1985, p.58). A justificativa que fundamenta o comportamento cíclico do investimento está no valor dos parâmetros a , que Kalecki supõe ligeiramente inferior à unidade, e c , relativamente muito pequeno, tal que $\frac{a}{1+c} < 1$.

Sendo assim, o autor argumenta, resumidamente, que, quando o investimento está na fase de expansão, aumentando acima da depreciação, o efeito contrário do estoque de capital sobre a taxa média de lucros tende a reduzir seu ritmo de crescimento, para o que colabora também a relativa escassez da poupança interna das empresas frente à necessidade de financiamentos externos. Já nas fases de acréscimo do investimento, porém abaixo do montante da depreciação, ocorrerá o contrário.

É importante destacar, como menciona Sawyer (p.56 e 57), que a equação do ciclo, nas várias formulações que Kalecki desenvolveu, está sempre determinada em função do investimento, o que revela a papel fundamental que atribui a esta variável.

3. TEORIA DO VALOR E DA DISTRIBUIÇÃO

A teoria do valor e dos preços de Kalecki é fundamentalmente empírica e baseada na firme convicção de que a condição de mercado prevalecente é a da concorrência imperfeita, de modo que as empresas fixam os preços de seus produtos em função do poder de coação que tem nos seus respectivos mercados e ajustam as quantidades produzidas á demanda. O polêmico conceito de “o grau de monopólio” é uma teoria dos preços que tem enfoque microeconômico, mas cujos determinantes dependem de fatores macro, e se insere no conjunto de teorias nas quais é a empresa quem fixa o preço. A crença no principio da absoluta competitividade, que se materializa através do “market clearing” impessoal e automático, ou seu oposto, na condição de concorrência imperfeita como a regra geral dos mercados, induz uma ou outra teoria do valor e da distribuição como ponto central da análise econômica, e os paradigmas que derivam de uma ou outra posição são absolutamente antagônicos e irreconciliáveis. A teoria do valor sob concorrência imperfeita parte de uma sociedade de classes com distribuição de poder assimétrica e condicionada historicamente. De sua parte, a teoria do valor ortodoxa está fundamentada, como vimos, no principio da maximização universal da utilidade por agentes individuais, todos sujeitos ás mesmas restrições. É ao mesmo tempo a-história, porque não leva em conta a organização social real. O pressuposto da competitividade significa exatamente a impossibilidade de existência de vantagens individuais, contra o que a sociologia constata e a tradição marxista reconhece como essencial no estudo das relações sociais.

A teoria da distribuição neoclássica é um apêndice da respectiva teoria do valor e dos preços, que se fundamenta em dois elementos básicos, a função de produção agregada e o princípio da substituição dos fatores de acordo com suas correspondentes elasticidades. O resultado é a distribuição da renda por um critério absolutamente técnico e impessoal, pseudocientífico, de acordo com a produtividade dos fatores. Já a análise de Kalecki é imensamente mais realista, pois reconhece o predomínio da concorrência imperfeita na maioria das atividades econômicas, especialmente na indústria, de onde deriva a microeconomia que fundamenta sua análise macroeconômica. A generalização da economia de livre mercado, concorrência perfeita, princípio da troca justa, e racionalidade individual maximizadora é, ou um exercício de pura lógica ou a apologia do sistema, ou ambas.

Kalecki observa que os preços são determinados pela demanda ou pelo custo. Quando a oferta é elástica, porque existe capacidade ociosa nas empresas, como ocorre em geral na manufatura, os preços são determinados pelos custos. Quando no curto prazo a produção é inelástica e distribuída entre inúmeros produtores independentes igualmente pequenos, como ocorre com a produção agrícola ou de matérias primas, os preços são determinados pelo comportamento da demanda.

A firma representativa de Kalecki é uma empresa industrial com significativo poder de mercado operando permanentemente com capacidade ociosa, que não objetiva maximizar lucros no curto prazo, fora do que neoclássicos e keynesianos denominariam de equilíbrio. Neste caso a política de preços segue o princípio do “mark-up”, segundo o qual cada empresa, ou a líder do setor, fixa o preço a partir de um adicional sobre o custo direto unitário levando em conta, também, o preço médio, \bar{P} , praticado pelos concorrentes. De onde: $p = u + n\bar{P}$, reflete o modelo de formação de preços em concorrência imperfeita.

Nesta equação, p é o preço unitário, u o custo direto, constituído por salários, matérias primas e insumos diretos, que supõe permaneça aproximadamente

constante ao nível “normal” de operação das empresas. Isto é, o autor supõe que o custo marginal deva ser constante, horizontal, até o ponto em que toda a capacidade da empresa tenha sido utilizada. Os coeficientes $m > 0$ e $1 < n < 0$ são os fatores que medem o grau de monopólio ou poder de mercado da empresa, e definem sua política de preços com o objetivo de cobrir os custos indiretos e gerar lucros. Portanto, como ao fixar os preços a empresa já tem em mente a margem de lucro desejada, dados os custos e o grau de utilização de sua capacidade instalada, conclui-se que a distribuição funcional da renda é endógena e derivada da política de preços. Sendo assim, a parcela salarial se define como resíduo.

No modelo simplificado de Kalecki de economia fechada e sem governo, onde os trabalhadores não poupam e os capitalistas não consomem bens de salário, o equilíbrio macroeconômico ocorre quando os lucros do período equivalem à soma do gasto dos capitalistas em investimento e consumo. $P = I + C_c$. Isto é, após a realização do gasto capitalista, que pode ser financiado por créditos, a economia encontra seu equilíbrio a posteriori quando a renda derivada da demanda induzida pelo gasto capitalista gera poupança suficiente para resgatar os empréstimos. Neste sentido, assim como no keynesiano, a poupança não limita o investimento, pois é este último que gera a renda de onde flui a poupança necessária. Portanto, a política de lucros está diretamente associada aos planos de investimento das empresas e as variáveis que influenciam as decisões de investimento são as mesmas que condicionam a distribuição funcional da renda. Cada política de preços bem sucedida leva incluída sua distribuição funcional da renda correspondente. Dado que os lucros visam, ante de mais nada, garantir o planejamento estratégico de investimentos, pode-se concluir que as estratégias de inversão das empresas modelam a distribuição, o que não tem rigorosamente nada a ver com a formulação da distribuição da renda da teoria clássica, neoclássica ou keynesiana, originadas no paradigma da concorrência perfeita.

Admitindo o mesmo modelo simplificado, Kalecki define a participação dos salários na renda ou parcela salarial como: $w = \frac{1}{1+(k-1)(j+1)}$; onde: “k”, a relação entre o

valor bruto da produção e o custo direto, que representa a medida do grau de monopólio, e “j”, a relação entre o custo direto, exceto mão-de-obra, e o custo do trabalho, são denominados “fatores de distribuição”. Assim, quanto maiores k e j, menor será a parcela salarial. Os fatores que determinam o “mark-up” dependem do grau de oligopolização ou imperfeição dos mercados e da relação de custos entre os materiais diretos, que compõem o custo marginal e o custo da mão-de-obra direta. Entre os fatores que aumentam o grau de monopólio, Kalecki destaca a concentração do capital em grandes empresas, a diferenciação de produtos e os gastos em propaganda. No mesmo sentido, as transformações de processos e produtos que relativamente reduzem o custo do trabalho direto ou aumentam a participação do custo de materiais, acabam elevando o coeficiente “j” e a participação dos lucros na renda, pois o “mark-up” incide sobre um valor mais elevado enquanto que o salário direto permanece o mesmo. (Sawyer,1985,p.27)

A teoria do valor e da distribuição apresentada por Kalecki tem fundamentação microeconômica, pois seu referencial é o comportamento da empresa oligopólica, cujo objetivo não é maximizar lucros a curto prazo mas seu valor e sua posição de mercado no longo prazo. (Eichner,1976,cap.2)

4. O MULTIPLICADOR E A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA

Uma das muitas críticas que podem ser feitas á economia keynesiana é a de não ter levado em conta o fenômeno da distribuição e seu possível impacto na determinação da renda. Mesmo que a preocupação de Keynes estivesse centrada na análise do curto prazo e nas medidas emergenciais para superar o desemprego, a debilidade de sua formulação dos preços e da distribuição parece decorrer de sua dependência

intelectual da economia ortodoxa na qual foi educado e á que, numa certa extensão, permaneceu fiel. Este forte vínculo com o passado deve ter dificultado sua elaboração teórica em temas onde o paradigma neoclássico da competição perfeita era claramente inadequado. De fato, Keynes aceitou a teoria do valor e da distribuição neoclássica. Kalecki elabora sua teoria dos preços, da distribuição e da determinação da renda levando em conta a imperfeição estrutural dos mercados.

Tanto Keynes como Kalecki ressaltaram, de forma simultânea e independente, a importância da demanda na determinação do produto, porém, entre as vantagens da formulação do segundo está a de levar em conta a distribuição, associando ao investimento não só a determinação da renda como também a variação dos lucros. Kalecki põe em evidência o efeito dinâmico da distribuição funcional da renda através da composição e operação do multiplicador.

No mesmo modelo de economia simplificada, segundo Kalecki, os capitalistas consomem uma parcela dos lucros do período além de um valor, A , que é constante no curto prazo e que reflete seu “padrão de vida”, de modo que $Cc_t = qP_{t-1} + A$, sendo $0 < q < 1$.

Neste mesmo modelo os lucros são determinados pelo gasto capitalista em investimento e consumo, tal que $P = I + Cc$. Substituindo o consumo na equação dos lucros temos a determinação do lucro bruto em função do investimento do período anterior:

$$P_t = \frac{1}{1-q} (I_{t-w} + A), \text{ de onde: } \Delta P_t = \frac{1}{1-q} \Delta I_{t-w}$$

Portanto, nesta economia simplificada os lucros dependem exclusivamente do investimento realizado no período anterior, o que representa um grande diferença de enfoque em relação a Keynes, que sabidamente deu pouca atenção ao fenômeno da distribuição.

Kalecki inclui na remuneração bruta do trabalho a parcela dos ordenados que considera custos indiretos e variam de forma anticíclica, de modo que o total de salários e ordenados reais oscila menos do que a renda, de modo que $W = \alpha Y + B$, sendo B constante no curto prazo e $0 < \alpha < 1$.

Considerando que $Y = W + P$ e substituindo W por seus respectivos valores, chega-se à determinação da renda em função dos lucros:

$Y = \frac{1}{1-\alpha} (P_t + B)$. Esta formulação da determinação da renda bruta explicita sua distribuição através do fator α que representa a parcela da mesma apropriada aos salários. Como os lucros brutos dependem do investimento, temos, finalmente, que as variações da renda dependem exclusivamente do comportamento do investimento no período $t-w$.

$$\Delta Y_t = \frac{1}{(1-\alpha)(1-q)} \Delta I_{t-w}$$

Esta análise coincide com a de Keynes. Em ambas, quando a oferta é elástica, a renda bruta se desloca até o ponto em que os lucros que dela derivam, de acordo com os fatores de distribuição exógenos, igualam o investimento realizado no período anterior. Isto é, o investimento determina os lucros que, por sua vez, estabelecem o volume de renda necessário para gerá-los.

À diferença de Keynes, a teoria da renda de Kalecki incorpora o papel decisivo do fator de distribuição α , incluído no multiplicador, na relação entre lucros e renda e entre renda e investimento. Assim, quanto maior a participação da remuneração do trabalho na renda, maior será o multiplicador e maior a variação do produto dado o investimento. Kalecki mostra a importância da distribuição no comportamento dinâmico da economia.

Seguindo a tradição de Ricardo, para quem a distribuição da renda era a grande questão a ser resolvida pela economia política, Kalecki considera a teoria dos preços um aspecto da teoria da distribuição e não o contrário, como acontece com os neoclássicos e keynesianos. Se o principal motivação da empresa ao fixar os preços é garantir a margem de lucro capaz de financiar seu programa de investimentos por período de planejamento, é claro que a determinação dos preços se subordina à distribuição de renda induzida pelos programas de investimento de cada empresa líder, de modo que para o conjunto de toda a economia, o investimento agregado passaria a ser a variável independente que condiciona não só a renda como sua distribuição funcional.

V. BIBLIOGRAFIA

ASIMAKOPULOS, Athanasios. *Keynes's General Theory and Accumulation*. New York, Cambridge Univ.Press,1991.

BELLUZZO, Luiz G. de Mello. *Valor e Capitalismo*. S.Paulo, Brasiliense, 1980.

BLAUG, Mark *Metodologia da Economia*. S.Paulo, EDUSP, 1999.

BRESSER PEREIRA. L.Carlos. “*Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana*”. S.Paulo, EC-Macro-L-8, EAESP-FGV.

CHICK, Victoria. *Macroeconomia após Keynes. Um reexame da Teoria Geral*. R.de Janeiro, Forense Universitária,1993.

DAVIDSON, Paul. *International Money and the Real World*. New York, MacMillan Press,1982.

DILLARD, Dudley. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. S.Paulo, Pioneira. 1971.

EICHNER, Alfred. S. *The Megacorp and Oligopoly. Microfoundations of Macro Dynamics*. Cambridge Univ. Press.1976.

Toward a New Economics. *Essays in Post- Keynesian and Institutional Theory*. Ann Arbor, M.E. Sharpe Inc.1985.

FEIWEL, George R. *Michal Kalecki: Contribuciones a la Teoria de la Política Económica*. Mexico D.F., Fondo de Cultura Económica.1987. Do original *The Intellectual Capital of Michal Kalecki. A Study of Economic Theory and Policy*. Knoxville, The University of Tennessee Press, 1975.

FERRARI FILHO, Fernando. “Pós-keynesianos vis-a-vis Novos-clássicos e Novos Keynesianos: Fundamentos e Refinamentos Teóricos do Debate entre Keynes e os Economistas Clássicos”. ARCHE, ano VII,n.21,1988.

JOBIM, Antonio J.Gama. *A Macrodinâmica de Michal Kalecki*. R. de Janeiro, Ed. Graal,1984.

KALDOR, Nicholas. *Essays on Value and Distribution*. Illinois, The Free Press of Glencoe.

KALECKI, Michal. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. S.Paulo, Hucitec,1977.

KEYNES, John M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. R.de Janeiro, Fondo de Cultura, 1970.

LANGE, Oskar. *Moderna Economia Política*. S.Paulo, Vértize Univer., 1978.

- HANSEN, Alvin H. *Guia para Keynes*. S.Paulo, Vertice,1987.
- HAUSMAN, Daniel M. *The Inexact and Deparate Science of Economics*. Cambridge Univ. Press,1996.
- HICKS, John. *A Crise na Economia Keynesiana*. S.Paulo, Vertice,1974.
- “Mr. Keynes and the Classics: a Suggested Interpretation”. *Econométrica*, v.5,p.147-159, 1937.
- HIRSCHMAM, Albert O. *A Economia como Ciência Moral e Política*. S.Paulo, Brasiliense,1986.
- HUNT, E.K. *História do Pensamento econômico*. R. de Janeiro, Campus, 1978.
- LIMA, L. A. de Oliveira. *Estudo sobre a Economia do Capitalismo. Uma versão keynesiana*. S. Paulo, Bional, 1997.
- LIMA, Gilberto T. *Em Busca do Tempo Perdido: A Recuperação Pós-Keynesiana da Economia do Emprego de keynes*. BNDES. R. de Janeiro, 1992.
- LOWE, Adolph. (1969). *A Ciência de Economia Política*. Zahar Ed. São Paulo.
- MODIGLIANI, Franco. “*Liquidity Preference and the Theory of Money*”. *Econométrica*, v.12,p.45-48, 1994.
- PEDEN, G.C. *Keynes, the Treasury and British Economic Policy*. London, Macmillan, 1988.
- PATINKIN, Don. *Keynes’ Monetary Thought. A Study of Its Development*. Durhan, N. C., Duke Univ. Press,1976.

PREBISCH, Raul. *Keynes, uma Introdução*. S.Paulo, Brasiliense. 1991.

ROBINSON, Joan. “*The production Function and thr Theory of Capital*”. Review of Economic Studies, n.1, p. 81 – 106, 1953.

Filosofia Econômica. R. de Janeiro, Zahar, 1979.

SAWYER, Malcom C. *The Economics of Michal Kalecki*. New York, M.E.Sharpe Inc. 1985.

SIMONSEN, Mario H.e P.Cysne. *Macroeconomia*. R. de Janeiro, FGV, 1995.

SRAFFA, Piero. “As leis dos Rendimentos sob Condições de Concorrência”. *Literatura Econômica*. Jan/Fev.1982. Tradução de “The laws of Returns under Competitive Conditions”. *Economic Journal*, Dez.1922.

“*Production of Commodities by Means of Commodities*”. London. Cambridge Univ. Press, 1960.

SCHWARTZ, Gilson. *John Maynard Keynes*, S. Paulo, Brasiliense, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes*. S.Paulo, Col.Grandes Cientistas Sociais, n.6, Atica, 1984.

TREVITHICK, James A. *Involuntary Unemployment. Macroeconomics from a Keynesian Perspective*. N.York, St. Martin’s Press, 1992.